



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

COMISSÃO DO ESPORTE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1530/17	DATA: 17/10/2017	
LOCAL: Plenário 4 das Comissões	INÍCIO: 14h57min	TÉRMINO: 17h21min	PÁGINAS: 54
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
SUMÁRIO			
OBSERVAÇÕES			
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, APENAS PARA CONSULTA.			



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Boa tarde a todos e a todas que se fazem presentes na Comissão do Esporte. Queria dar-lhes as boas-vindas.

Vou presidir porque sou autor desta proposição de audiência pública que será realizada no dia de hoje e que se refere ao Requerimento nº 195, de 2017, de minha iniciativa, Deputado Afonso Hamm, e que também conta com o apoio, como coautor, do Deputado João Derly, além dos nossos colegas Parlamentares que estão chegando à Casa.

Iremos debater o orçamento do nosso Ministério do Esporte, o orçamento provisionado para 2018, que está em discussão aqui na Casa, além de tratar especialmente dos recursos destinados à questão do Programa Bolsa Atleta.

Depois da minha fala, vou explicar mais as razões desta audiência pública e as dos nossos convidados, mas, de imediato, vamos dar início à composição da Mesa. Nós não vamos poder compor a mesa com todos os convidados. Vamos procurar compô-la de forma representativa. Os demais convidados poderão também naturalmente fazer uso da palavra e o farão ao longo da nossa audiência pública.

Vamos à composição da Mesa, então, para darmos início à audiência pública. Nós convidamos o Sr. Rogério Sampaio Cardoso, que é Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento — SNEAR, do Ministério do Esporte, representando o Ministro do Esporte Leonardo Picciani. Secretário Rogério, seja bem-vindo! *(Palmas.)* Ele é medalhista de ouro de Barcelona, só temos atletas aqui.

Convidamos, na sequência, para compor a Mesa, o Sr. Agberto Guimarães, Diretor Executivo de Esportes do Comitê Olímpico do Brasil — COB. Temos mais representantes, mas vamos compor com... *(Palmas.)* Ele também é medalhista e atleta.

Também fizemos o convite para participar da nossa Mesa o Sr. Mizael Conrado, que é o atual e nosso Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro — CPB. *(Palmas.)*

Vamos compor a Mesa e convidar um atleta, o Sr. Alexander Celente, o Alex, gaúcho, atleta paraolímpico do goalball. Também peço que se faça presente à mesa. *(Palmas.)*

Esclareço que há falta de espaço na mesa, mas depois, se alguém quiser se pronunciar daqui da frente, podemos fazer um revezamento.



Vamos seguir nominando os nossos convidados e palestrantes do dia de hoje para fazermos esse debate.

Também está presente conosco a Sra. Yane Marques, que representa os atletas do COB. Ela está chegando?

Também o Sr. Mosiah Rodrigues, Coordenador-Geral do Bolsa Atleta, do Ministério do Esporte. Ele está aqui conosco e também é atleta. Acredito que, na exposição, nós vamos disponibilizar um tempo porque é objeto do nosso debate exatamente a questão específica do Bolsa Atleta.

Quero convidar também a Sra. Adriana Behar, que também é atleta e Gerente Geral de Planejamento e Relacionamento com as Confederações do Comitê Olímpico do Brasil. Ela está chegando, ainda não tinha visualizado.

Também o Sr. Jorge Bichara, Gerente Geral de Performance do Comitê Olímpico do Brasil, está conosco. Quero agradecer pela presença e digo que também teremos a disponibilidade de tempo para fala.

E está aqui o Sr. Fernando Franco Ferreira, nosso amigo Franco. Quando cheguei aqui, no meu primeiro mandato como Deputado Federal, presidi esta Comissão, e Franco foi alguém que me passou várias orientações. Agora já estou no meu terceiro mandato e sempre fui atuante aqui. Franco hoje também terá um tempo de apresentação.

O Sr. Humberto Panzetti, da Organização Nacional das Entidades do Desporto — ONED, está presente conosco. Seja bem-vindo.

O Sr. Vítor Almada, Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento, está aqui conosco e vem colaborando.

Depois vou complementar os nomes que eu tenho aqui com a presença dos demais representantes, até dos do próprio Ministério, pois eu vejo que há mais representantes. Depois eu complemento na minha fala, até para ficar registrado, inclusive.

Gostaria, então, de registrar aqui também a presença do Sr. Daniel Brito, Gerente de Comunicações do Comitê Paralímpico Brasileiro, que está conosco também. Quero agradecer pela sua presença.

Quero comunicar que, antes de passarmos às exposições dos nossos convidados, irei informar algumas regras para estabelecer o tempo de fala. Nós



estamos pensando em até 10 minutos para cada fala, de maneira que vamos avisar quando faltar 1 ou 2 minutos. Peço que procurem ficar dentro desse tempo. Alguém, eventualmente, poderá utilizar um pouco menos, mas imagino que de 5 a 10 minutos é possível se fazer uma boa abordagem. Nós esperamos depois disso fazer o debate, as perguntas. Alguns dos Parlamentares que estiverem presentes também vão ter a oportunidade de falar. O tempo para os Parlamentares é da ordem de 3 minutos para a exposição de cada um deles.

Quero agradecer toda equipe da Comissão, Sr. Lindberg, todos os colegas servidores da Casa e da nossa Comissão do Esporte.

Após, então, essa exposição, abriremos o espaço para as perguntas, debates e até alguma réplica ou tréplica que houver necessidade para se fazer alguma abordagem. Vou procurar fazer a melhor condução dos trabalhos para sermos objetivos.

Comunico também — isso é muito importante — que esta audiência pública está sendo transmitida pelo portal e-Democracia, com o *link* disponível na página da Comissão do Esporte, no portal da Câmara. Então, nós estamos na Internet, possibilitando, assim, a participação popular por meio de perguntas dirigidas a esta Comissão. A nossa assessoria recebe as perguntas e, assim, nós vamos ter a oportunidade de interagir com os nossos internautas, através desse portal.

Nós vamos, então, de imediato...

Eu só queria falar 1 ou 2 minutinhos a respeito do objetivo desta audiência, naturalmente, da razão de nós estarmos aqui reunidos. Dessa maneira, há uma grande preocupação com o que foi sinalizado pela imprensa, no sentido de que houve uma redução muito grande no provisionamento orçamentário do Ministério do Esporte. Falou-se até, num primeiro momento, de 87% no orçamento provisionado para o Bolsa Atleta. Teríamos uma disponibilidade próxima a 70 milhões e uma necessidade da ordem de 130 ou 140 milhões, em princípio, provisionada. Isso trouxe uma situação de desconforto, de preocupação de atletas, de clubes, de quem fomenta o esporte, que é a preocupação exatamente da nossa Comissão, onde aqui nós abordamos.

Eu fui autor exatamente dessa proposição. Apesar de todas as dificuldades pelas quais o País passa, apesar de toda a conjuntura político-administrativa — nós



não vamos entrar no mérito porque todos nós somos sabedores e acompanhamos o desdobramento e torcemos pelo melhor para o País; o que acontecer de melhor para o País na gestão político-administrativa vai se refletir positivamente nas atividades econômicas, nos recursos de captação pública para as instituições públicas ou privadas —, naturalmente, nós que aqui representamos a Comissão do Esporte queremos o orçamento, até porque ainda há tempo, a peça orçamentária está na Casa.

Além das emendas de Comissões que estaremos trabalhando a partir do dia de amanhã — deveremos finalizar até quinta, com limite de sexta-feira —, poderemos aqui deliberar algo que possa de fato contribuir para uma ação política de parte desta Comissão para reforçarmos os esforços, a vontade e a necessidade que temos. Por isso, vamos ouvir as pessoas que são responsáveis por esse segmento: o Ministério, os Comitês, os atletas, enfim.

Eu acredito que nós temos condições de fazer uma audiência pública de produção, de resultados. O que me identifica aqui, no meu terceiro mandato? Eu fui atleta; joguei futebol pelo Grêmio Bagé, pelo Grêmio Esportivo Brasil, pelo Xavante; estive na seleção gaúcha; fui campeão brasileiro também de seleções, na época, na categoria de juniores.

Também trouxe a esta Comissão a minha experiência, a minha bagagem e a experiência de ter, inclusive, morado por alguns meses onde é hoje o vestiário do Brasil de Pelotas, lá no estádio para ter oportunidade de estudar, na universidade federal no curso de Agronomia. Eu tenho essa formação profissional. Mas a formação como atleta, desde os 14 anos, traz no nosso DNA, traz na nossa mente, na nossa alma, no nosso coração o quanto é importante o esporte associado à educação, do ponto de vista da formação do cidadão, da formação dos jovens, da formação de uma sociedade melhor, principalmente, neste momento em que se discutem os valores humanos, os valores de responsabilidade. Na verdade, nós sabemos o quanto é importante também nós que estamos vencendo — acredito que vamos vencer — uma crise de identidade, de nacionalidade. Eu acho que esta não vai abalar a nós brasileiros, a todos nós.

O atleta, quando sobe um pódio, quando obtém um resultado positivo, uma medalha, uma conquista, ele está ali representando o País, ele está ali



representando uma nação. Ele está ali representando hoje mais de 207 milhões de brasileiros. Então, o esporte não pode ser deixado político e administrativamente em segundo plano. Sempre há cortes, na linguagem popular, absurdos.

Eu também queria, na presença de todos, cumprimentar o Guilherme Hamm, meu filho, que é jornalista e também ficou muito preocupado com essa questão. Ele foi um dos entusiastas, junto com a nossa Comissão, da importância da realização deste debate.

Então, nesse sentido, nós pontuamos algumas das razões acerca do quanto acreditamos no nosso País, do quanto acreditamos no esporte e do quanto o esporte é importante do ponto de vista de gerar esse cenário de autoestima, de nacionalidade, de desempenho, de cidadania.

Não sei se há uma atividade que possa contemplar tamanho simbolismo e efetividade do ponto de vista da força e do empenho que devemos fazer por quem será um atleta, por quem está como atleta, e por quem, depois de sua atividade como atleta, contribui com políticas públicas para efetivamente melhorar a condição de desempenho dos nossos desportistas, em suma, para melhorar as condições da nossa Nação.

De imediato passo a palavra ao Sr. Secretário Rogério Sampaio Cardoso. Nós vamos apoiá-lo com relação ao tempo, para que consigamos, dentro do possível, trabalhar dentro desse prazo.

Muito obrigado.

**O SR. ROGÉRIO SAMPAIO CARDOSO** - Boa tarde a todos!

Eu gostaria de, inicialmente, agradecer ao Deputado Afonso Hamm pelo convite para estar nesta audiência pública, neste momento tão preocupante em relação ao Programa Bolsa Atleta.

Para mim, como eu sempre faço questão de dizer, é uma alegria poder estar ao lado do Agberto Guimarães, um dos ídolos da minha juventude; do Mizael; do Alexander; da Adriana Behar, medalhista olímpica; da Yane Marques, medalha de bronze em Londres; e todos os outros atletas e pessoas atuantes na área do esporte também preocupadas com o Orçamento federal e com a execução do Programa Bolsa-Atleta no ano que vem.



No Ministério, inicialmente ingressei na Secretaria Nacional da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, e há 4 meses fui transferido para a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, e sempre tive uma preocupação muito grande com o Programa Bolsa Atleta. Esse é o principal programa do Ministério do Esporte, um programa que tem por objetivo incentivar, dar o alicerce para que o atleta possa se desenvolver, desde a base até a ponta, quando ele se torna um atleta olímpico. É um programa grande, que atende aproximadamente 7 mil atletas por ano, inclusive atletas medalhistas olímpicos.

Na minha visão, e na visão da equipe do Ministério do Esporte, é um programa que necessita de uma revisão. Trata-se de um programa que foi criado através de lei em 2004 e que teve uma revisão em 2011, antes dos Jogos Olímpicos de Londres. Depois desses últimos 6, 7 anos, algumas correções necessitam ser feitas.

O último edital foi lançado em agosto, e o programa vai começar a ser executado em novembro. Isso ocorre por conta do contingenciamento orçamentário. Por conta desse contingenciamento, só conseguimos lançar o edital em agosto e conseguiremos executar o repasse dos recursos em novembro.

Fora isso, também há a necessidade de fazer com que o programa atenda cada vez mais os atletas pelo seu desempenho competitivo, talvez diminuindo um pouco a base e fazendo a correção de valores do Programa Bolsa Atleta, fato que não ocorre já há muitos anos, o que deixa os valores defasados.

Por último, ficamos preocupados com o Orçamento que foi apresentado à Câmara, que cortou substancialmente o recurso do Programa Bolsa Atleta. Neste momento, o Ministro Leonardo Picciani vem trabalhando dentro do próprio Governo e dentro da Câmara para que esse valor seja aumentado. Tenho confiança de que o orçamento do Ministério do Esporte e do Programa Bolsa Atleta para o ano de 2018 possa pelo menos ser igual ao orçamento de 2017, o que nos garantiria aplicar o mesmo valor de recurso deste ano.

Logicamente, este é um momento preocupante. Acho que a união de todas as pessoas que aqui estão, que trazem sua preocupação, demonstra a importância desse programa para a continuidade da obtenção de resultados do esporte brasileiro em competições internacionais. E muito mais do que isso, como o esporte é um fator



de formação educacional, de formação de valores dos nossos atletas, o Programa Bolsa Atleta tem um papel fundamental para que os atletas possam permanecer na atividade competitiva por muito mais tempo. Isso acaba tendo um reflexo positivo na nossa sociedade.

Na minha época como atleta, o que já faz muitos anos, não havia programas de fomento como o Bolsa Atleta, e, por isso, as dificuldades para me desenvolver foram enormes. Lembro-me de que, na época em que fui para os Jogos Olímpicos de Barcelona, eu ganhava aproximadamente mil e quinhentos reais, em valores de hoje. Então, vejo que o atleta hoje tem uma condição muito diferente para poder se desenvolver no esporte, fazer o seu treinamento e tentar obter resultados positivos para o País.

Enfim, eu acho que este é o momento de, dentro do Orçamento de 2018, o Governo e o Congresso fazerem as escolhas devidas e enxergarem o Programa Bolsa Atleta como um programa realmente fundamental na formação da sociedade brasileira, na formação dos atletas que irão representar o Brasil nos próximos anos, e fazer com que esse programa tenha, no mínimo, o mesmo valor do orçamento de 2017.

Outra questão que eu acho extremamente importante e que deve ser... (*Intervenção inaudível.*) Nós estamos chegando esse ano a um valor entre 120 milhões e 130 milhões de apoio aos atletas.

E uma outra coisa fundamental que nós precisamos corrigir para os próximos anos é fazer com que, dentro do orçamento do Ministério do Esporte, dentro do orçamento federal, quando houver um contingenciamento, o programa Bolsa Atleta seja visto como algo fundamental dentro do orçamento do Ministério e que seja uma dotação que não sofra o contingenciamento dentro do orçamento federal. Aí, nós vamos poder corrigir e fazer com que o edital possa ser lançado no começo do ano, e o repasse de recursos, a partir do mês de março. Isso vai trazer grandes benefícios ao programa.

Mesmo antes do convite e do agendamento da audiência pública, nós já estávamos trabalhando, dentro do Ministério do Esporte, para a criação de um grupo de trabalho que tem por objetivo exatamente trazer as correções de que o programa necessita. Então, essa portaria deve estar sendo feita no máximo essa semana ou



semana que vem. Nós trabalhamos na portaria em um grupo de trabalho que vai além do Ministério do Esporte. Então, convidamos os representantes do Comitê Paralímpico Brasileiro, do Comitê Olímpico do Brasil, da Organização Nacional das Entidades do Desporto e um representante — ainda vai chegar o ofício, Deputado da Comissão do Esporte da Câmara, isso tudo fazendo com que o programa Bolsa Atleta, que é tão importante para o esporte brasileiro, passe por uma discussão e possam se propor mudanças, trazendo as correções, para que o programa possa continuar existindo e atingindo os seus objetivos na formação dos atletas e na obtenção de resultados internacionais.

Eu acho que é suficiente. Agradeço a possibilidade de estar aqui participando desta discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Correto. Temos 1 minuto de crédito ainda, isso é importante. Eu acho que, para uma abordagem inicial, está ótimo. Nós agradecemos ao Secretário, porque nós vamos, de fato, na sequência, debater, e é importante ouvirmos a todos.

Então, vamos disponibilizar a palavra, na segunda fala de hoje, ao Sr. Agberto Guimarães, Diretor Executivo de Esportes do Comitê Olímpico do Brasil.

**O SR. AGBERTO GUIMARÃES** - Eu ia sugerir que se passe a palavra para o Presidente Mizael e depois, na sequência, eu falo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Está bem.

Então, tem a palavra o Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, Mizael Conrado.

**O SR. MIZUEL CONRADO** - Boa tarde, Exmo. Deputado Afonso Hamm; ilustríssimo colega Agberto Guimarães; ilustríssimo Secretário Nacional, Rogério Sampaio — dois grandes campeões, que já nos fizeram vibrar muito com os seus grandes feitos no esporte, tanto quando competiam quanto depois, fora dos tatames e das pistas, mas no mundo do esporte —; Alex, Alexander Maciel Celente, grande jogador de goalball, que já foi por muitos anos o melhor jogador do Brasil de goalball, um dos atletas que revolucionou o goalball brasileiro e que já disputou três paraolimpíadas, foi campeão do mundo e medalha de prata nos Jogos de Londres, em 2012, e, aliás, por muito pouco, não conquistou lá a medalha de ouro; Adriana Behar; Jorge Bichara, meu caro Humberto Panzetti; Yane Marques; Daniel Brito,



nosso colega do Comitê Paralímpico Brasileiro; José Cruz, figura ilustre da imprensa brasileira; Prof. Fernando; senhoras e senhores.

Deputado Afonso Hamm, antes de cumprimentá-lo, quero dizer ao senhor que o melhor time do Rio Grande do Sul é o São Paulo de Rio Grande. (*Risos.*) Quero cumprimentá-lo pela iniciativa de convocar... Ah, eu não posso deixar de cumprimentar o nosso grande Lindberg, que, com tanto brilhantismo, secretaria esta Comissão. Mas eu não posso deixar de cumprimentá-lo, Deputado Afonso Hamm, pela iniciativa da convocação desta audiência pública, que vai discutir tema de tamanha relevância para o desenvolvimento do esporte no Brasil. O Bolsa Atleta tem sido fundamental para o surgimento de novos atletas e principalmente para a manutenção dos atletas, especialmente aqueles de modalidades com menor visibilidade.

Antes de falar propriamente sobre o Bolsa Atleta, é importante dizer aos senhores que o Comitê Paralímpico Brasileiro, entidade hoje presidida por mim, além do papel de Comitê Paralímpico Brasileiro, é também confederação de cinco modalidades: atletismo, natação, tiro com arco, halterofilismo e esgrima. Portanto, além do papel inerente ao Comitê Paralímpico Brasileiro, de conduzir as missões brasileiras a Jogos Paraolímpicos e a Jogos Parapan-Americanos, também desempenhamos o papel de confederação de cinco modalidades, duas delas as maiores paraolímpicas em número de atletas, que são o atletismo e a natação.

O Comitê Paralímpico Brasileiro e suas confederações, o movimento paralímpico brasileiro, Deputado, avançou muito nos últimos anos. Nós saímos da trigésima colocação, nos Jogos de 1996, em Atlanta, para o sétimo lugar em Londres, em 2012. Foram, na realidade, trinta posições em apenas 16 anos. E dois fatores foram fundamentais para esse crescimento, e basicamente duas iniciativas importantes do Estado. A primeira delas foi a Lei Agnelo/Piva, em 2001, e a segunda, o Bolsa Atleta, que passou a vigorar a partir do ano de 2005.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que foram essas duas importantes iniciativas do Parlamento brasileiro que levaram o esporte paralímpico do Brasil a ocupar uma posição entre as dez principais potências do mundo, e claramente porque, senhoras e senhores, na maioria dos países do mundo, excetuando os Estados Unidos, o financiamento do esporte é essencialmente público. Apenas nos



Estados Unidos, que tem uma cultura diferenciada, que todos nós militantes do esporte conhecemos, lá, por conta da televisão e do *marketing* esportivo, que já é consolidado, o esporte tem o seu financiamento privado. E também a favor dessa condição norte-americana é a cultura esportiva lá existente. Qualquer escola dos Estados Unidos tem uma pista capaz de receber um campeonato mundial de atletismo.

Aqui no Brasil, eu lembro que, quando nós assumimos a condição de vice-presidente, no ano de 2009, nós tínhamos apenas nove pistas homologadas pela Federação Internacional de Atletismo no País inteiro, em 511 milhões de quilômetros quadrados. Então, é uma diferença bastante grande, no que diz respeito à estrutura, e muito foi feito ao longo desses últimos anos. Hoje, provavelmente, nós já temos mais de cinquenta pistas homologadas. A condição já é muito superior à de 2009, mas, naturalmente, ainda falta muita coisa.

Então, posto isso, essas duas ações legislativas foram fundamentais, porque o Brasil passou também a considerar o desenvolvimento do esporte, como a maioria dos países do mundo, e, naturalmente, passou a financiar essa atividade esportiva.

E o Bolsa Atleta, senhoras e senhores, foi aquilo que fez com que os atletas saíssem do patamar de atletas pontuais, que tinham que dividir o seu tempo, em muitos casos, com outras atividades, até atividades profissionais. Eu, por exemplo, joguei futebol de 5 por muitos anos, joguei por 14 anos na Seleção Brasileira, e, em boa parte da minha carreira, senão na sua totalidade, eu tinha que dividir o meu tempo com o trabalho e, em determinado momento, com a faculdade e os treinamentos, uma condição bastante diferente do que acontece hoje, e muito por conta do Bolsa Atleta.

No movimento paralímpico, o Bolsa Atleta foi fundamental, fez com que diversos atletas passassem a ter o esporte como sua única atividade. Isso fez com que a participação desses atletas tivesse uma evolução substancial. A demonstração disso é que, nos Jogos do Rio de Janeiro, em 2016, dos 286 atletas que integraram a delegação do Brasil, 260 eram bolsistas, ou seja, 90% da delegação brasileira que esteve nos Jogos do Rio de Janeiro recebiam Bolsa Atleta, eram beneficiados com uma das categorias do Bolsa Atleta.



Falando especificamente do Bolsa Pódio, Deputado, que foi uma categoria criada após o Brasil conquistar o direito de organizar os Jogos de 2016, o Brasil tinha, à época dos Jogos, 102 atletas beneficiados com o Bolsa Atleta. Desses, 91 integraram a delegação brasileira, ou seja, 89% dos bolsistas que recebiam a Bolsa Pódio estiveram representando a delegação. Desses, 49, ou seja, 48%, conquistaram medalhas. E, dos 42 que não foram medalhistas, 27 participaram das finais e ficaram entre o quarto e o oitavo lugar, o que corresponde a 64% desses 42 atletas. É um número também bastante significativo.

Eu diria, com toda certeza, que, não fosse pelo programa, certamente o Brasil não teria conquistado 72 medalhas. Aliás, dessas, 61 foram conquistadas por atletas bolsistas e beneficiários do Bolsa Pódio, o que corresponde a 84,7% das medalhas conquistadas no Rio de Janeiro. Se nós considerarmos, Deputado, apenas as modalidades individuais, que são aquelas que o Bolsa Pódio contempla, esse percentual sobe para 89,7% de todas as medalhas das modalidades individuais conquistadas pelo Brasil no Rio de Janeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Mais 1 minuto para concluir.

**O SR. MIZUEL CONRADO** - Perfeito. Para finalizar, já que o término do tempo se avizinha, o Bolsa é muito importante. Agora eu compartilho aqui o que disse o nosso Secretário Nacional Rogério Sampaio. Realmente entendo que, principalmente no Bolsa Pódio, alguns ajustes devem ser feitos. Nós temos trabalhado muito próximos do Ministério do Esporte, da equipe do Ministério, no estabelecimento dos critérios.

Nós entendemos que o Bolsa é importante, é fundamental para aqueles atletas que de fato têm uma possibilidade, uma perspectiva de conquista de medalhas. O Mosiah está aqui, tem trabalhado conosco, sido muito parceiro no estabelecimento dessa estratégia de seleção dos bolsistas paraolímpicos. Temos buscado fazer um trabalho bastante objetivo no sentido de, de fato, beneficiar aqueles atletas que têm a possibilidade de evoluírem, de se desenvolverem para que o Bolsa não seja um programa assistencial, mas um programa que visa apoiar o atleta de alto rendimento.

Por fim, antes de terminar aqui, cumprimento também o Vitor, que por muito tempo fez parte da equipe do Ministério do Esporte, trabalhou muito junto com o



Comitê Paraolímpico, sendo bastante importante nas nossas ações junto ao Ministério. Deputado, mais uma vez, quero cumprimentá-lo pela iniciativa. Realmente é muito importante para que possamos avançar nesta discussão. O Comitê Paraolímpico brasileiro está inteiramente à disposição para que possamos discutir e construir um caminho para o Bolsa Atleta que faça com que o programa seja cada vez mais importante e cada vez mais contribua para a formação e o desenvolvimento de novos atletas brasileiros.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Muito obrigado, Presidente Mizael Conrado, nosso Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro .

Quero mencionar a presença aqui do Deputado Felipe Carreras, que está retomando a condição de Deputado, Secretário de Esporte em Pernambuco, colega nosso — seja bem-vindo —, retomando as atividades na nossa Comissão do Esporte. O Deputado João Derly, que é autor junto conosco dessa proposta. Um Vereador de Bento Gonçalves também está presente. Está engrossando aqui o grupo de atletas, de interessados e líderes políticos, de Vereador a Deputado Federal, Senador, gestores do ponto de vista de Ministérios e Governos. Cada vez mais precisamos de representatividade para que nós possamos ampliar a discussão e aperfeiçoarmos as nossas decisões.

Quero registrar também a presença aqui de Marco La Porta, Presidente da Confederação Brasileira de Triathlon. Seja bem vindo! Também da mesma Confederação de Triathlon, Virgílio de Castilho, Secretário-Geral, está conosco. Também aqui há a Confederação Brasileira de Canoagem, presidida por João Tomazini, seja bem-vindo. Na medida em que o pessoal for chegando vão recebendo a identificação conosco.

De imediato, passo a palavra à terceira fala da nossa audiência pública nesta tarde ao nosso atleta Agberto Guimarães, Diretor-Executivo, representando o Comitê Olímpico do Brasil — COB.

Desejo-lhe êxito para que o COB supere as suas adversidades no âmbito da gestão. A vida continua. Precisamos cada vez mais de intensidade e de responsabilidade de todos os gestores. Naturalmente que a equipe de trabalho é que faz e amplia o horizonte de trabalho.



V.Sa. tem a palavra por até 10 minutos.

**O SR. AGBERTO GUIMARÃES** - Obrigado, Deputado Afonso Hamm, pelo convite. Sinto-me muito honrado em representar o Comitê Olímpico do Brasil, na posição de Diretor-Executivo de Esportes e, mais do que isso, representando a comunidade esportiva e os atletas.

Eu gostaria de iniciar a minha fala dizendo que a gestão esportiva no Brasil melhorou muito. Uma das coisas que tem nos ajudado muito nesse sentido é justamente a participação cada vez maior de ex-atletas nesse meio.

Hoje nós temos o Rogério representando o segmento de esportes como Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento; o Mosiah, que já está trabalhando no Ministério há algum tempo também; a atleta de ginástica Adriana Behar, que já está no COB desde 2011; o Jorge Bichara, do atletismo; a Yane, que faz parte da nossa Comissão de Atletas; a Mariana Mello, do judô; eu, do atletismo, e vários outros atletas participam desse processo.

Eu queria fechar esse primeiro bloco dizendo o seguinte: nenhum desses atletas que eu mencionei foram bolsistas de absolutamente nada. Então, só para dizer para o senhor que nós entendemos muito a importância do Bolsa Atleta e do Bolsa Pódio na preparação dos nossos atletas. As Confederações têm feito um excelente trabalho do lado delas. Mas, sem esse apoio, sem esse suporte, fica mais difícil levarmos os nossos atletas para as competições que o Brasil precisa ser representado.

Ou seja, todos esses esforços, somados ao que o Mizael já tinha falado também, são importantíssimos para que o Brasil dê um salto de qualidade e seja realmente reconhecido como um País onde o esporte olímpico e paralímpico são levados a sério, não só na sua prática, mas também na sua gestão. O que traduz de fato isso são os resultados que nossos atletas conseguem em cada um dos eventos internacionais.

Portanto, a Bolsa Atleta é fundamental para que continuemos apoiando o desenvolvimento dos nossos atletas, para que possamos continuar perseguindo essa qualidade que tanto almejamos nos resultados dos nossos atletas, porque a cada edição de Jogos Olímpicos e de Jogos Paralímpicos nós somos cada vez mais cobrados dos resultados.



Então, não basta só ser competente no campo da gestão e do treinamento, mas, se nós não conseguirmos, de fato, vencer e traduzir esses resultados em medalhas, as pessoas não vão nos respeitar. Nós somos cobrados a cada edição desses eventos pelas quantidades de medalhas que nossos atletas trazem. Os nossos colegas da imprensa fazem sempre uma comparação entre o investido e o que conseguimos. Ou seja, é muito importante que continuemos apoiando os nossos atletas nos vários segmentos, não só com Bolsa Atleta e Bolsa Pódio, mas também com os recursos da Lei Agnelo/Piva, que tanto nos ajudam no Movimento Olímpico e Paralímpico. São coisas complementares.

O Ministério ainda tem outra fonte de recursos, que são os convênios, que são importantíssimos também para o desenvolvimento dos eventos, principalmente os eventos organizados pelo Movimento Olímpico e Paralímpico no Brasil. Se não organizarmos eventos esportivos, não temos como medir a capacidade de preparação dos nossos atletas.

Em suma, todas essas ações são importantíssimas para que continuemos crescendo, para que continuemos melhorando e para que continuemos trilhando um caminho que se iniciou muito tempo atrás e que fez o Brasil ser respeitado hoje no Movimento Olímpico e Paralímpico pelos seus pares. Isso tudo precisa continuar. E precisamos, cada vez mais, melhorar a nossa participação nesses eventos. A Bolsa Atleta e o Bolsa Pódio são fundamentais para isso.

Vou encerrar minha fala por aqui e economizar o tempo para os próximos palestrantes. Fico à disposição dos senhores para quaisquer perguntas e intervenções que queiram ter. Estamos aqui felizes por participar desta Comissão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Nós agradecemos a fala inicial do Agberto Guimarães, que representa o COB. Os demais representantes estão aqui também e poderão complementar as falas.

Nós queremos agora ouvir um atleta em atividade que está nesta mesa, o Sr. Alexander Celente, o Alex Gaúcho, atleta paraolímpico de goalball. Avisaremos quando faltarem alguns minutos.

**O SR. ALEXSANDER CELENTE** - Obrigado. Boa tarde.



Primeiro, eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui representando os atletas paraolímpicos, representando os atletas em atividade. Agradeço ao Deputado e a todos que aqui estão presentes. Eu me sinto entre ídolos, porque há muitos atletas ao meu lado. *(Riso.)*

Eu pratico essa modalidade do goalball há muito tempo. Já tenho 29 anos de prática. Desde meus 7 anos de idade já pratico o goalball. No início da minha carreira também nunca fui bolsista. Também não havia incentivo, nada disso na minha época inicial.

Batalhei bastante para conseguir os primeiros resultados, junto com meus colegas, lógico. O goalball é um esporte coletivo para pessoas com deficiência visual. Também enfrentei muitas dificuldades antes de ser hoje um bolsista na categoria paralímpica.

Recebi pela primeira vez o Bolsa Atleta em 2009, eu e todos os meus colegas de seleção. Conseguimos pleitear o Bolsa Atleta nesse primeiro ano, em 2009.

Desde então os resultados que nós alcançamos foram expressivos. Conseguimos muito com o Bolsa Atleta. Conseguimos medalhas de ouro. Fomos campeões Parapan-Americanos, fomos campeões mundiais em 2014, fomos medalhistas nas Paralimpíadas de Londres, como citou nosso amigo Mizael, fomos medalhistas de prata, conseguimos uma medalha suada no Rio Janeiro em 2016, medalha de bronze. Quero dizer que, sem o Bolsa Atleta, esses resultados, muito certamente, não seriam possíveis. Através do incentivo melhoramos nossa qualidade de vida e complementamos nossa renda, porque muitos atletas, como o próprio Mizael comentou, trabalham e têm atividades paralelas. Eu tenho meu emprego. Eu já tinha o meu emprego. Muitos têm emprego, além de serem atletas, estudam, trabalham, treinam.

Então, o Bolsa Atleta veio complementar e melhorar a qualidade de vida, melhorar a qualidade do nosso treinamento. Com o Bolsa Atleta conseguimos uma academia melhor, uma suplementação melhor, conseguimos pagar um *personal trainer*, melhorar nosso transporte, inclusive comprar carro — com aquela parcelinha se consegue pagar um carro, um familiar dirige —, consegue qualidade para ir aos treinos. Isso não há como mensurar, pois é fundamental para o resultado que vem e para o desenvolvimento do atleta em si.



Sem o incentivo, nada disso seria possível. Estou falando em nome de todos os atletas que são bolsistas e sabem da importância, assim como os senhores sabem, pois sem isso não conseguimos ganhar resultados, não conseguimos trazer resultados. As medalhas vêm porque temos um incentivo do Ministério, através da Bolsa.

Eu quero falar que, quando somos bolsistas, nos sentimos muito mais importantes. Vamos representar o País, estamos tendo investimento. Então, buscamos aquele resultado com muito orgulho. Isso não tem preço.

Sem esse incentivo, se isso acontecer — realmente não queremos que aconteça, o esporte é grandioso —, como vai ser? O que vai ser dos nossos atletas futuros? O que vai ser do atleta que vai começar hoje, o que vai ser daquele atleta que vive somente disso?

Há atleta que, depois que iniciou o programa, vive somente disso, daquela renda. Temos que pensar, realmente, nessas consequências. Não há como se perder isso, ainda mais após os Jogos no Rio. Temos que manter esses recursos e tentar manter o melhor para nós.

Finalizo minha fala agradecendo mais uma vez a oportunidade de estar aqui, através de um vídeo que fiz com o Guilherme Hamm, o jornalista, o Deputado me achou e estou aqui, nervoso, falando na frente de ídolos.

Muito obrigado, pessoal. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Só para dar ênfase, acho que o Alex, atleta paraolímpico, está com a medalha do Rio 2016, e a traz no peito, que é o grande objetivo de todos nós, atletas, todos nós, brasileiros. Gostaria de cumprimentá-lo mais uma vez.

Importante, às vezes, o atleta se sente um pouco retraído e às vezes fica difícil quem está em atividade vir dizer da importância do que representa a questão desta bolsa na vida esportiva desses atletas. Então, esse gesto e esta posição de coragem do Alex, eu tenho certeza, é referendado, em nome, naturalmente, de todos os atletas em atividade e daqueles que estão se habilitando, pois o importante é essa renovação permanente. Então, quero agradecer.

Nós, agora, da ordem dos nossos convidados, se permitirem, eu vou nominando e cada um faz a sua fala. Pode ser dos microfones que estão aí.



De imediato, eu gostaria de convidar a Yane Marques, que representa a Comissão de Atletas do COB. Ela também é medalhista de pentatlo moderno. Passo a palavra para que cada um dos nossos convidados, na sequência, possam também fazer uma fala. Não usei outro critério de hierarquia, até porque, na verdade, acho que cada um pode dar uma contribuição. Nós estamos gravando, ficam os registros. Nossa equipe está secretariando, fazendo algumas anotações. Eu também estou fazendo algumas e, naturalmente, imagino que temos capacidade de, até o término da nossa audiência pública, construir algo efetivo para que nós possamos dar amplitude e buscar realmente sair dessa situação de dificuldade em relação a esses valores.

Com a palavra, Yane.

**A SRA. YANE MARQUES** - Boa tarde a todos. Peço permissão ao Deputado Afonso Hamm para me posicionar e cumprimentar todo mundo aqui presente. Acho que somos todos apaixonados por esporte, não é? O sangue que corre nas veias é o mesmo; somos pessoas que acreditam no poder de transformação do esporte.

Eu sou formada em educação física, atleta há mais de 20 anos, hoje em transição de carreira. Assumo a Secretaria Executiva do Esporte do Recife, então acho que isso é suficiente para dizer o quanto eu acredito que o esporte pode ser uma ferramenta de inclusão, uma ferramenta de transformação de verdade.

Deixo meu depoimento de que viveu em função por muito tempo. Fui atleta beneficiada pelo Bolsa e, às vezes, pensamos que esse aporte financeiro vem para você comer, para você pagar uma passagem de ônibus — como o Alexander falou, comprar um carro. Comprar carro significa dormir meia hora a mais antes de sair para o treino, porque você não precisa esperar o ônibus, e descanso também é treino. Então, todo o investimento que o atleta faz com esse recurso visa simplesmente o teu rendimento, melhorar seu condicionamento, treinar melhor, e naturalmente, representar melhor.

No meu caso, como acontece comigo e acontece com muitos atletas com os quais eu tenho o contato e oportunidade de conversar e dividir um pouco a experiência, esse aporte vem mais que para isso. Você ajuda sua família. O atleta tem uma vida curta. Nós não somos máquinas, em que se bota o óleo e ela vai rodando e não se acaba nunca. A carreira do atleta tem um tempo. Então, mais do



que ajudar a família, pagar os treinos, pagar suplemento, pagar *personal*, pagar psicólogo, fisioterapeuta — no meu caso, eu tive o apoio do Comitê Olímpico que me deu todo esse suporte. Mas temos que investir na carreira, a gente tem que juntar dinheiro para viver a transição.

Então, eu acho que essa redução do recurso do Bolsa Atleta, na minha percepção, é um retrocesso. É quase que voltar, como o Alexander falou, como o Mizael falou, ao fato de o atleta ter que treinar e trabalhar para sobreviver. Tira-se, dessa forma, o caráter profissional da atividade. O atleta profissional vive em função daquele patrocínio. Ele precisa botar o feijão na mesa. Ele precisa sobreviver. Tem que ter aquele aporte, dada a importância desse recurso. Por vezes, o atleta não tem patrocínio, pois também vivemos numa sociedade que tem dificuldade, por parte das empresas privadas, de fazer esse aporte. Nesse sentido, os recursos do Bolsa Atleta são ainda mais valorizados.

Eu acho que muitas curiosidades devem surgir neste debate, mas a minha fala é esta: de agradecimento, por ter sido beneficiada pelo Bolsa Atleta, e de súplica — pelo amor de Deus — para que esses recursos continuem, porque isso é muito, muito importante para o esporte de uma forma geral.

Eu acredito que a gente às vezes até subutiliza o esporte como ferramenta não só de inclusão, mas também de educação. É uma opção de vida. Quando pensamos em esporte, pensamos em atletas e atribuímos a eles valores e princípios que são muito bons.

O atleta tem que aprender a ser obediente, ele tem que aprender a ser comprometido, ele tem que aprender a ser dedicado, esforçado. Então, são coisas que a gente leva para a vida, mas a sociedade e a gestão investem nisso. Assim, o atleta pode vir a ser um medalhista que venha representar o Brasil. Se ele não for um medalhista, ele vai ser uma pessoa com possibilidade de ter um bom convívio com as pessoas, de ser educado, de saber se comportar, de saber obedecer e respeitar. Portanto, é uma contribuição muito grande.

O Bolsa Atleta é fundamental para a nossa carreira. Em nome de todos os atletas, a minha fala é no sentido da defesa deste apoio e a minha preocupação é que o corte dos recursos pode vir a ser muito danoso para o esporte no Brasil.

Obrigada.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Muito obrigado, Yane.

Dando sequência, nós temos aqui uma rodada do COB. Portanto, concedo a palavra ao Jorge Bichara, Gerente-Geral de Performance Esportiva do Comitê Olímpico do Brasil.

**O SR. JORGE BICHARA** - Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado Afonso Hamm. Obrigado pelo convite. Eu vou ser bem breve.

Tocaram-me bastante as palavras do Alex e da Yane no sentido de que, trabalhando na posição que estou dentro do Comitê, tive uma proximidade muito grande com os atletas nos últimos 8/10 anos, mas realmente a influência que o Bolsa teve na *performance* dos atletas vai em diversos segmentos.

E um dos aspectos que mais me impactou foi a questão da autoestima. Eles se sentem felizes. Eles se sentem orgulhosos de terem esse tipo de apoio, de representarem também esse sentido de investimento, como o Alex comentou aqui. Isso impacta, sim, aspectos sociais da vida deles, compondo um nível de tranquilidade que eles precisam ter para poderem se dedicar integralmente à sua participação esportiva.

A diferença na *performance* do Brasil é evidente a partir da entrada do programa. E a gente espera que o programa tenha continuidade, que ele seja ampliado, que ele seja avaliado e revisado dentro das necessidades atuais. O Ministério está estabelecendo o seu Grupo de Trabalho para fazer esse trabalho de revisão. Que sejam feitas as correções, como todas que têm que ser feitas, mas eu espero que a gente consiga sair deste momento, rever esta condição e que o investimento seja mantido.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Obrigado.

Na sequência, vamos ouvir a Adriana Behar, Gerente de Planejamento e Relacionamento das Confederações ligadas ao COB.

**A SRA. ADRIANA BEHAR** - Obrigada. É um prazer estar aqui de novo. Eu já faço praticamente parte desta Comissão. É sempre muito bom trazer para discussão qualquer tema referente ao esporte.



Quando a gente fala de Bolsa Atleta, só para complementar a fala de todos aqui, como o Agberto falou, na nossa geração não havia esse apoio. Eu e o Rogério não tivemos esse apoio.

Na minha história com o esporte por muitas vezes eu pensei em parar, porque o início da minha carreira foi muito difícil. Acho que todo atleta passa por essa fase, porque ele não sabe se continua, porque não tem apoio, porque precisa investir, porque precisa de uma estrutura por trás do seu treinamento, porque precisa ter condições de descansar, de se alimentar bem e de desenvolver as suas habilidades técnicas, físicas e as suas capacidades.

Durante todo o meu período no esporte, graças a Deus, com a Shelda Bede, que foi minha parceria por 12 anos no voleibol de praia, tivemos muito mais vitórias do que derrotas. Então, isso também nos favoreceu, mas essa não é a realidade da grande maioria dos atletas. Eu acho que a gente realmente teve uma carreira excelente, mas que não é a normal.

Portanto, a gente conseguiu, mesmo com muita dificuldade durante todo esse período, patrocínios, investimentos, mas sempre com luta e com aquele desafio de saber se aquilo ia continuar no ano seguinte. Muitas vezes não conseguíamos planejar algo mais a longo prazo porque contávamos obviamente com recursos financeiros para colocar em prática o nosso plano. E esse plano, além de todo treinamento diário e toda estrutura que é fundamental, incluía viagens, competições. Sem essas competições, sem essas viagens internacionais, também não se eleva o nível de competição.

Só para reforçar o que o Bichara, o Agberto e a Yane falaram, nós não tivemos essa oportunidade, mas é fato que, a partir do momento em que este programa veio à tona e foi obviamente aplicado no Brasil, os resultados consequentemente vieram.

Então, por todo o nosso histórico e pela realidade hoje do esporte, pelas perspectivas futuras que o esporte traz para a comunidade, não só na inclusão, na formação educacional, mas principalmente no estabelecimento de valores e princípios, o que faz com que também diminua a violência, diminuam todos os impactos de investimentos na saúde, na educação, eu acho que o esporte realmente



precisa de uma política definida para que possa realmente trazer o benefício total para o Brasil como um todo.

Eu gostei da fala do Rogério quando ele disse que tem que “*reavaliar o Bolsa Atleta ou o Bolsa Pódio*”. Coloco-me à disposição de vocês para isso, porque, em conversa com o Moziah anteriormente, precisamos estar abertos a ajustes, a melhorias, para que qualquer programa possa vir a ter melhores benefícios, ou melhores critérios, ou possa realmente atuar para aqueles que precisam, para aqueles atletas em desenvolvimento, em prática esportiva que realmente visem resultado. Enfim, eu acho que este é um programa básico de fomento que precisa continuar e receber ainda mais investimentos para ampliar a sua abrangência dentro do esporte no Brasil. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Ótimo. Nós agradecemos à Adriana.

Antes de passar a palavra ao Mosiah Rodrigues, o Secretário Rogério quer fazer um pequeno comentário, até como contribuição à própria fala que foi feita aqui.

**O SR. ROGÉRIO SAMPAIO CARDOSO** - Quero agradecer as suas palavras, Adriana.

Quando a gente fala em revisar, na verdade, este é um momento de qualificar ainda mais o programa. É um programa que já existe há bastante tempo. Como bem falou aqui o Agberto, nós temos que fazer com que esse programa se transforme cada vez mais em resultados. Como disse a Yane, nem todo mundo vai ser um atleta olímpico, um medalhista olímpico, mas ainda assim o esporte e o Programa Bolsa Atleta e o Programa Bolsa Pódio são fundamentais para que as pessoas sejam agentes transformadores da sociedade.

Portanto, é importante que, de tempos em tempos, a gente vá qualificando cada vez mais este programa que é tão importante para o País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Antes de passar ao próximo orador, eu fiz uma checagem, até porque estamos interagindo pela Internet, sobre o Bolsa Pódio.

O levantamento diz que atualmente temos em torno de 235 atletas e contamos com um investimento de 35 milhões de reais. Levantamos esse valor, mas o Secretário nos diz que é em torno de 39 milhões de reais. Temos 6.217 atletas



olímpicos e paraolímpicos e um investimento da ordem 82 milhões de reais, quase 83 milhões de reais. E não olímpicos temos em torno de 1.080 atletas e um investimento superior a 19 milhões de reais. Então, esse é o número que a gente tem, mas a totalidade de atletas representa 7.532.

E é lógico que a nossa preocupação, com a redução dos valores, é: qual será o impacto? Como será administrar isso?

Passo a palavra ao Coordenador-Geral do Bolsa Atleta para que faça a sua manifestação, Mosiah Rodrigues.

**O SR. MOSIAH RODRIGUES** - Obrigado, Deputado. Eu gostaria de agradecer, primeiro, a oportunidade e o convite.

Eu acho que é sempre importante discutir esporte e um programa tão importante como o Bolsa Atleta num fórum como este. Acredito que, além de este ser o local adequado, o Bolsa Atleta está muito bem representado aqui.

É difícil complementar a fala do Alexsander e da Yane. Tanto o Alexsander, que está na ativa, como a Yane, que está fazendo a transição, conseguiram refletir bem sobre o que o atleta sente lá na ponta, sobre o que o programa se propõe a atingir.

Inicialmente, eu gostaria de me apresentar. Hoje eu sou Coordenador do Programa Bolsa Atleta, mas eu fui atleta olímpico da modalidade de ginástica artística. Minha formação é educação física. Eu fiz mestrado também nessa área.

Falando um pouco do programa, ele foi instituído, por lei, em 2004. Foi regulamentado em 2005. Ele já tem um longo período de implementação. Em 2005 foram contemplados cerca de 975 atletas. Esse número chegou, como já destacado pelo Deputado, a aproximadamente 7 mil atletas em 2016.

Isso demonstra um crescimento e inclusive uma adesão dos atletas ao programa e a efetividade dele na ponta, já que o objetivo é chegar ao atleta, o que tem sido cumprido.

Como já foi destacado também, temos a questão do orçamento. Em 2005, quando o programa iniciou, tínhamos um orçamento de 15 a 20 milhões de reais, mas isso chegou a cerca de 140 milhões de reais nos últimos anos, fazendo obviamente uma média desse ciclo olímpico.



O cenário atual já foi abordado. Nós temos hoje publicados 291 atletas na categoria pódio. Isso representa cerca de 37 milhões de reais em investimento, mas o orçamento ou o limite do atleta pódio pode chegar a 39 milhões de reais. Nós já temos atletas hoje sendo analisados e, provavelmente, conseguiremos atingir esse teto, e esse número de 291 vá sofrer um acréscimo até novembro deste ano.

Para o Bolsa Atleta 2017, abrimos — como o Secretário já destacou —, o período de inscrições, no segundo semestre. Nós recebemos no Ministério 6.995 inscrições. Esse é o nosso 100% de modalidades olímpicas e paraolímpicas. Isso representaria um investimento de 93 milhões, se nós considerarmos que todos os 6.995 atletas, de fato, aderiram ao programa. Isso é para tratar de um cenário mais amplo.

Quanto aos objetivos do programa — eu acho que a Yane e Alexander foram felizes em suas exposições —, o grande objetivo é levar recurso para o atleta. O atleta é o gestor desse recurso para qualificar o seu treinamento: pode ser uma alimentação melhor, um nutricionista, um fisioterapeuta, um carro, que proporcione esse descanso. Quanto a essas questões adjacentes ao treinamento, o atleta tem essa opção, essa responsabilidade também de ser o gestor desse recurso.

Lembro que o Bolsa Atleta é um pilar, contribui para outras ações que vão levar o atleta ao sucesso. Se o objetivo do País é se tornar uma potência esportiva, precisamos enxergar esses pilares, e um deles é o suporte direto ao atleta, que é obviamente, se não o principal, um dos principais pilares dessa composição de ações que vai levar o País a conquistar esse objetivo.

Hoje o programa tem seis categorias de bolsa. Isso, na minha visão, é muito importante, porque conseguimos atender ao atleta, desde a base até o altíssimo rendimento. Já que o Secretário é judoca, eu posso citar a Rochele, uma atleta do judô. Ela foi nossa bolsista da categoria estudantil até a categoria pódio. Então, pudemos acompanhá-la ao longo de sua carreira, desde os jogos escolares, o momento em que ela foi campeã nacional, o momento em que ela conquistou a sua primeira medalha internacional até chegar entre os 20 primeiros do mundo, que é um dos critérios para a elegibilidade na categoria Atleta Pódio.

Considerando o que já foi destacado aqui — a Adriana falou um pouco assim como o Secretário —, no sentido de qualificar o programa, quando olhamos o



programa como política pública, nada mais natural do que esse processo de avaliação e de renovação de políticas públicas. Sabemos que o período de 10 anos é suficiente para fazer essa avaliação; não é suficiente, obviamente, para esgotar os efeitos da política. Repito: é um período importante para conseguirmos fazer essa avaliação.

Complementando à fala dos atletas, temos um levantamento: desses 7 mil atletas, apenas 4% declaram ter outro tipo de apoio, outro patrocinador. Enfim, observa-se a importância do Bolsa Atleta para a sua manutenção na hora de decidir: *“Eu vou seguir na carreira esportiva ou não?” “Eu vou investir?” “Eu vou continuar treinando?”*

Chega sempre — nós que fomos atletas —, este momento de tomar essa decisão. E o Bolsa Atleta certamente é um fator que contribui para que o atleta se mantenha no esporte e, quem sabe, venha a contribuir para a elevação do padrão de qualidade do esporte desenvolvido no País e para os quadros de medalhas, seja para o esporte paraolímpico, seja para o esporte olímpico.

Existe, claro, também o aspecto social, que foi destacado aqui. Eu acho que o programa Bolsa Atleta também vem nesse sentido. Hoje, retirar do cenário esportivo ou reduzir as atividades do atleta drasticamente significa falar para ele voltar para casa, voltar para o sofá. Eu acho que isso não é o que se quer, falando em vários aspectos, o social e o de saúde, quando falamos em esporte de alto rendimento.

Considerando os critérios que o Bolsa Atleta tem hoje, resumidamente e de forma objetiva, eles estão relacionados ao mérito, ou seja, ao resultado esportivo, pois estamos falando em esporte de alto rendimento. Então, para todas as categorias existem esses critérios objetivos, desde a categoria estudantil, de base, até a categoria olímpica e a categoria pódio.

Então, é a partir dos resultados que o atleta tem a condição de pleitear o benefício. E aquele sentimento que, talvez, alguns de nós tínhamos... *“Eu fui campeão pan-americano, voltei para casa e nada mudou”*. Hoje o atleta pode voltar para casa sabendo que vai poder entrar em contato com o Ministério do Esporte, fazer um pleito, e, assim, ter o seu rendimento, o seu mérito reconhecido por meio do programa Bolsa Atleta. Eu acho que o atleta se sente feliz em ter o programa Bolsa Atleta pelo reconhecimento do seu esforço e da sua conquista.



Eu acho que o Mizael e o Agberto, enfim, já abordaram esse ponto, mas é muito importante esse impacto dos números que o Mizael trouxe — que o esporte olímpico também tem — nos jogos olímpicos e jogos paralímpicos. Noventa por cento da delegação paralímpica, por exemplo, era bolsista. O Mizael já destacou isso, mas eu acho que vale reforçar.

E nesse conjunto de observações, a conclusão é que o programa tem cumprido seu papel, que é de dar suporte para a preparação esportiva dos atletas. Isso não exclui, obviamente, como já foi dito, a questão de qualificar o programa em critérios, enfim, em uma discussão um pouco mais ampla.

Por fim, para encerrar, fico à disposição também para eventuais dúvidas. Nós contamos com o apoio desta Comissão e dos Parlamentares para manter o padrão orçamentário do programa, que é, certamente, um programa divisor de águas, eu diria assim, com o qual o atleta já conta. O atleta conta com esse suporte para se manter no esporte e se preparar.

Se nós estamos visando melhorar os nossos resultados, seja em jogos olímpicos ou paralímpicos, em 2020, a manutenção desse padrão orçamentário é fundamental. Sem isso, infelizmente, nós vamos perder um pilar importante, e, assim, a nossa base vai tremer.

Agradeço mais uma vez a oportunidade e fico à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Obrigado, Coordenador do Bolsa Atleta, Mosiah Rodrigues.

Vamos passar, de imediato, ao consultor na área, mestre em...

**(Não identificado)** - Ele vai apresentar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Ele vai fazer uma apresentação?

**(Não identificado)** - É melhor, então, conceder a palavra a quem não tem apresentação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Pode ser.

Então, passamos ao Humberto Panzetti, da Organização Nacional das Entidades do Desporto. Portanto, os nossos convidados podem fazer uma colaboração para as instituições que trabalham nessa convergência.



**O SR. HUMBERTO PANZETTI** - Deputado, quero, primeiro, agradecer bastante por V.Exa. nos dar este espaço para também participarmos. Agradeço ao meu amigo Rogério e a todos os outros da Mesa, meus companheiros.

Eu vou tentar abordar as questões de políticas públicas e por que eu estou aqui, Deputado. Se nós considerarmos as legislações esportivas, desde o Estado Novo, vamos observar que, pelo menos até 2001, elas sempre trataram o esporte, na forma da lei, considerando todo o parecer do esporte. Mas sempre se observou o repasse de recursos para o seguimento olímpico, desde o Estado Novo. O segmento Paraolímpico recebeu o repasse recentemente, e o esporte não olímpico sempre ficou fora das legislações.

A minha estada aqui está mais no sentido de que eu tente, nesse momento de corte de recurso, não permitir que esse corte seja feito simplesmente como foi no passado.

Infelizmente, a legislação de 1994, a Lei Zico, que foi realizada para atuar no futebol, mas criou um efeito colateral bastante danoso às modalidades. Ela quebrou a questão direta do Estado e liberou a constituição de entidades de esporte, aí virou essa bagunça que afetou diretamente o esporte não olímpico.

Em 2004 eu participei da formação do programa. Naquela época, eu era Presidente da Organização Nacional de Entidades de Desporto, em 2001, nós conseguimos uma cadeira no Conselho, onde o esporte não olímpico teve representação. Assim ficamos para fora na Lei da Loteria, na famosa Lei do Bingo, quando veio a Lei Agnelo/Piva. Sempre as políticas foram excludentes com os esportes não olímpicos.

Quando eu falo das modalidades não olímpicas, Deputado, eu estou falando de 138 modalidades desportivas do País, entidades de administração que existem de fato e de direito. Estou falando de um segmento que tem grandes heróis, seja no automobilismo, no motociclismo, no futsal, nas lutas, nos esportes radicais, mas sempre, sempre, infelizmente, por falta de organização desse grupo, por falta de um *lobby* melhor organizado, ficou fora.

A primeira vitória, em todos esses anos de legislação, foi a inclusão...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - São 138 modalidades não olímpicas?



**O SR. HUMBERTO PANZETTI** - Não olímpicas. Aí também tem um parecer importante para V.Exa. entender. Quando falamos em olímpica ou não olímpica, não é que diretamente ela esteja toda no programa.

Segundo o Presidente da Confederação Brasileira de Canoagem, Sr. João Tomazini, a canoagem possui 10 modalidades: duas estão no programa olímpico, uma no Paralímpico e sete nem no programa Olímpico nem Paraolímpico.

Por que eu estou aqui? Eu estou aqui para tentar proteger que neste corte ou nesse remanejar de recurso mais uma vez não se cometa essa falha de deixar esse segmento.

Deputado, eu acho que não há problema em termos uma política que priorize o movimento olímpico. Eu não sou contra, eu luto muito, gosto muito. Mas nós não podemos ter uma política exclusiva do programa olímpico. Eu me preocupo muito quando chega neste momento — aí o Rogério se sensibilizou nesse momento.

Deputado, hoje existem 48 entidades de administração nacional. Quando eu falo isso, refiro-me às confederações brasileiras de modalidades que acontecem na praia. Mas só duas hoje estão atendidas, além do surf, que sai em 2024.

Imagina como dizer para o Rio Grande do Sul que o bolão não pode ser entendido como um esporte sério e competitivo ou, em Minas Gerais, onde a peteca não deve ser entendida como um esporte sério ou qualquer outra modalidade como o futsal ou o jiu-jitsu, no Rio de Janeiro.

Então, a minha preocupação e a minha vinda aqui é no sentido de eu tentar sensibilizar a Comissão, tentar sensibilizar os Srs. Deputados para que não se cometa isso. Podemos criar filtros? Já falei com o Mizael algumas vezes que devemos criar filtros, sim. Mas uma coisa é existir um programa e eu não conseguir ter acesso a ele, a outra coisa é existir um programa e eu estar proibido de ter acesso a ele. Isso para a comunidade esportiva é uma coisa bastante séria. Essa é uma preocupação que eu tenho.

A minha fala se dá justamente no sentido de que se proteja. Acho, sim, que com 10 anos muita coisa tem que ser feita, têm que ser repensados pontos importantes. Temos que repensar ainda mais essa diminuição de orçamento, mas qualquer que seja a ação para dentro dessa política pública...



Deputado, V.Exa. está voltando, eu estou na Presidência da Associação Brasileira dos Secretários Municipais. Eu represento os gestores Municipais dentro do Conselho Nacional. Quando falamos em política pública, falamos em orçamento. Quando há diminuição de orçamento, em tese, não se pode transferir com uma diminuição de políticas públicas.

Se V.Exa. está na Pasta de Esporte, entende exatamente o que eu estou dizendo e quais são as grandes demandas. O esporte pode, sim, ser transformador. Ele pode, sim, desenvolver a inclusão, ele pode desenvolver qualidade de vida, mas nós temos que investir nele. Se não houver investimento, ele não é política pública, e é discurso político. E discurso político pode se valer de qualquer mentira ou de qualquer besteira.

Então, eu queria agradecer ao Lindberg e ao Deputado Rogério que se sensibilizou de imediato com essa demanda e entendeu a necessidade de nós não sermos excludentes nessas demandas. Inclusive fomos convidados para participar desta Comissão que vai reavaliar a questão. Já tivemos alguma discussão no Conselho com o Mosiah.

Eu acho que os filtros têm que ser feitos. Acho que temos que separar o joio do trigo, mas nós não podemos permitir que, mais uma vez, a legislação seja excludente. Se diminuir o recurso, vamos começar de que forma? Vamos tirar esses 15% e já eliminamos um dos problemas e repensamos.

Aos meus companheiros do esporte Olímpico e Paralímpico, meu grande amigo Mizael, agradeço o espaço e espero poder ter alertado V.Exas. para a importância de não continuarmos os erros do passado e praticar uma política excludente.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Muito bem. Agradecemos ao Humberto.

Concedo a palavra ao Sr. Fernando Franco Ferreira, que fará duas apresentações.

O Daniel Brito tem uma contribuição que seria importante ouvirmos. Ele pertence ao Comitê Paralímpico Brasileiro.



**O SR. DANIEL BRITO** - Primeiro, gostaria de agradecer a oportunidade de trazer o Comitê Paralímpico Brasileiro à Comissão de Esporte. Eu acho que já estamos muito representadas com a palavra do Presidente Mizael Conrado.

Eu confesso que estou ansioso para ver a apresentação do Professor Fernando, que tem argumentos contrários à aplicação Bolsa.

Obrigado. Boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - O tempo dos dois apresentadores será reduzido. Vocês conseguem apresentar em 10 minutos?

**O SR. FERNANDO FRANCO MOREIRA** - A minha apresentação é pequena.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Depois o Vitor faz uma apresentação também. Depois haverá uma manifestação dos Parlamentares, e posteriormente vamos abrir.

Vamos ouvir as duas apresentações. Depois eu encaminharei as perguntas que estão chegando para serem respondidas na parte final.

**O SR. FERANDO FRANCO FERREIRA** - Primeiro agradeço o convite de V.Exa. para participar desta palestra.

Vou me apresentar para essas pessoas: os Presidentes do Comitês, os ex-atletas, os membros do COB, todo esse pessoal. Eu sou ex-atleta e professor de educação física.

Faço um breve currículo. Trabalhei por 2 anos no Ministério do Esporte em dois projetos que eu considero fundamentais para o esporte brasileiro: o Projeto Referência e o falecido Atleta na Escola.

Esse Atleta na Escola era um projeto que atendia 20% das escolas no Brasil com alunos de 12 a 17 anos. Fiz atletismo antes da década de 60, quando a pista de atletismo era de terra. Eu quero me colocar aqui como mero colaborador para melhorar a qualificação do projeto Atleta na Escola.

O projeto foi criado em 2004 para que os atletas tivessem recursos para desenvolver seus resultados esportivos. A lei foi criada em 2004, virou referência. A bolsa, em seu § 3º, fala em priorizar os atletas de alto rendimento.

Baseado nessa premissa de prioridade ao alto rendimento, eu fiz algumas análises. Todo esse trabalho foi baseado em informações da Federação Internacional de Atletismo e da Confederação Brasileira de Atletismo.



Cito alguns dados para relatar.

A Bolsa Atleta de 2016 não foi analisada no Paraolímpico. Nas planilhas que eu vou apresentar, o nome dos atletas foram retirados para preservar a privacidade deles.

Vou falar sobre os atletas que ganharam a Bolsa Atleta Nacional com a sua classificação no Troféu Brasil e no *ranking* mundial. Faço uma comparação do resultado deles na esfera do *ranking* mundial. Qual seria a classificação deles no ranking mundial com os resultados estabelecidos no Troféu Brasil e no *ranking* brasileiro.

Um exemplo: o atleta foi 2º lugar no Troféu Brasil com 16 minutos e 28 segundos e, na classificação no *ranking* mundial, é o 114º, com 16 minutos e 30 segundos, ou seja, nem com o resultado dele se classificaria no *ranking* mundial, mas ganhou bolsa.

Como é um momento de reavaliar os critérios da Bolsa Atleta, eu acho que é importante nós mencionarmos. Vejo um atleta aqui, o 200º do mundo. O cara ganhou bolsa porque fez 70,93 metros, no lançamento do martelo, o 4º de baixo para cima, o 200º do mundo, fez 74,08 metros. Mas ele ganhou bolsa porque foi o 2º no Troféu Brasil. Será que não é... Não sei, eu fico pensando... A mudança do critério, eu acho que isso tem que ser avaliado. Não é tirar 1º, 2º e 3º. Qual foi o resultado desse atleta? Já que é por idade, alto rendimento...

E também creio que um dos critérios deva ser que, na apresentação da Bolsa Atleta, dos documentos do atleta, tem que estar o currículo esportivo dele. O que ele fez nos últimos 3, ou 4, ou 5 anos? Qual é a evolução dele para se candidatar à Bolsa Atleta?

Esses atletas, pelo menos, também no Troféu Brasil, comparados com o *ranking* mundial, todos eles estavam classificados no *ranking* mundial. Mas e a classificação deles? O 3º do Troféu Brasil na posição 243ª nos 10 mil metros?

A idade do atleta também eu acho que tem que ser um critério a ser avaliado. São parâmetros que podem ser criados. Não sei, é uma sugestão, mais uma.

Comentário sobre o que eu acabo de mostrar. Não há motivo para ler porque todos nós falamos português. (*Risos*).



Agora, com relação ao *ranking* brasileiro, o atleta tem 16,80 metros no triplo, é o 40º do mundo. Em vermelho estão atletas que ganharam o Bolsa Atleta, mas que não se classificaram no *ranking* mundial. Como projeto de mudança de critérios, de parâmetros, eu acho que isso tem que ser avaliado também, até por estarem classificados no *ranking* brasileiro, mas quatro deles não se classificarem no *ranking* mundial.

Dos 14 atletas contemplados com classificação no *ranking* nacional apenas 6 estão entre os 100 melhores do mundo. Eu bato na prioridade para atleta de alto rendimento. Será que esses atletas foram de alto rendimento? (*Pausa.*)

Bolsa Internacional. Alguns atletas conquistaram o direito desse tipo de bolsa por sua classificação no campeonato sul-americano. Demonstraremos na tabela abaixo a marca estabelecida da sua classificação no evento citado, seu recorde pessoal anual e em que posição ficariam no *ranking* mundial.

O primeiro da lista, 2º no campeonato sul-americano, com 58,22 metros no lançamento de disco, é o centésimo do mundo, mas tem no ano, como seu melhor resultado, a marca de 62,8 metros, que o classifica em 28º lugar.

Em negrito, na terceira linha de cima para baixo, o 1º nos 110 metros com barreira, no campeonato sul-americano, fez uma marca de 13 minutos e 96 segundos. O 193º do *ranking* mundial fez 13 minutos e 85 segundos. Este outro atleta, que fez 13 minutos e 45 segundos, é o 42º do mundo.

Por último, na prova feminina de 5 mil metros, a atleta que alcançou o 2º lugar no campeonato sul-americano teve um tempo de 15 minutos, 50 segundos e 62 centésimos. A 198ª do mundo tem um tempo de 15 minutos e 48 segundos.

Todos os atletas contemplados com bolsa internacional por terem se classificado até o 3º lugar no campeonato previsto atendem à exigência da lei, mas nenhum tem seu recorde pessoal entre os 20 melhores atletas do mundo.

Passaremos agora ao que eu considero um grande equívoco da lei. Foi extraído da página do Ministério do Esporte na *web* o seguinte critério para que o atleta tenha direito à Bolsa Olímpica: ter integrado, na qualidade de atleta, a delegação brasileira, como titular em modalidades individuais ou com seu nome presente nas súmulas de modalidades coletivas, na última edição dos Jogos Olímpicos ou Paralímpicos. Nas outras categorias — de base, nacional e



internacional —, o atleta tem que estar entre os três primeiros do *ranking* em seu evento. Para a Bolsa Olímpica, basta estar integrado à delegação.

Ainda, nos 3 anos subsequentes ao dos Jogos Olímpicos ou Paralímpicos, o atleta precisa continuar participando de competições do circuito mundial. Em nenhum momento se exige que melhore seu rendimento. Uma atleta ganhou bolsa em 2012 — foi a 40ª do mundo nas Olimpíadas do mesmo ano. Continuou competindo. Transferindo o resultado dessa atleta para o *ranking* de Bolsa Olímpica — tem que estar entre os melhores do mundo —, ela fica entre o 200º e o 300º lugar de sua modalidade. Depois, se for o caso, eu posso mostrar para o Secretário de Esporte de Alto Rendimento os nomes dos atletas. Agora, isso não se justifica.

Outra coisa que eu vejo também é a necessidade de uma análise da idade do atleta. Um atleta com 37 anos que nunca esteve entre os 20 ou 30 melhores do mundo, que participou de Olimpíadas pode continuar tendo Bolsa Olímpica. São 3 mil reais por mês, durante 4 anos — é um salário. Eu penso que esses 3 mil reais poderiam ser divididos entre atletas que foram para um mundial menor, se classificaram e ganham 370 reais cada.

Creio que, para ser contemplado com a Bolsa Pódio, o atleta deveria ser obrigado, nos esportes individuais, a se classificar até a fase semifinal de sua prova e, nos anos subsequentes, apresentar melhora de sua marca estabelecida nas Olimpíadas ou no *ranking* mundial. Nos esportes coletivos, a equipe deveria ficar, pelo menos, entre as oito melhores do mundo, ou seja, chegar à fase das quartas de final.

Creio que uma lei criada prioritariamente para atletas de alto rendimento deveria conter em algum artigo da lei, do decreto ou das portarias do Ministério do Esporte a exigência de progresso do seu desenvolvimento, de suas marcas em nível mundial, e não somente ficar entre os três primeiros nos anos subsequentes da sua inclusão.

Penso, por último, que para cada categoria seria necessário tipos de critério, pois são níveis diferentes de objetivo a serem alcançados, que deveriam ser alinhados sempre para que o atleta consiga chegar ao alto rendimento. Este último parágrafo seria para o atleta de base nacional e internacional.



Agradeço o convite. Era o que eu tinha a apresentar para o senhor. Desculpe se o resultado está um pouquinho diferente do que foi apresentado aqui. Muito obrigado. Agradeço a colaboração. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Muito bem. Eu acredito que são contribuições importantes para o debate. Dá para discorrer bastante se concorda com pontos importantes que aqui foram mostrados. Acho que o atleta que está na sua fase de maturidade talvez ele deva ser associado. É algo que vamos discutir certamente nesse grupo que está trabalhando a questão do futuro dos atletas, mas trabalhar realmente a formação. Quem está em fase final pode ser sim uma referência muito grande de contribuição.

Devemos aproveitar as experiências dele, mas isso não pode servir de desestímulo. Vamos deixar no ar. São algumas contribuições que eu acho que são pertinentes e outras talvez não sejam viáveis de aplicar na medida em que vamos discorrer sobre o assunto.

Nós temos um último palestrante para fazer a fala, o Vitor Almada. Ele vai utilizar o audiovisual. Para ficarmos dentro do tempo, nós queremos encerrar às 17 horas, para que nós tenhamos objetividade. Vou dar a palavra ao Jorge.

**O SR. JORGE BICHARA** - O Prof. Fernando talvez não saiba, mas seus estudos são apreciados no Comitê. Nós o consideramos pelo avançado grau de estudo que ele faz, especialmente sobre o atletismo, porque vem dessa modalidade, conhece bastante.

Eu entendo que suas colocações são bastante válidas nesse processo de avaliação de todo o programa. Acho que a grande dificuldade — ele mesmo comentou — é encontrar uma métrica que permita que todas as modalidades sejam avaliadas no mesmo nível. O atletismo tem uma facilidade porque ele tem um processo métrico ou de tempo que você consegue encaixar em um ranking mundial. Nem se compara.

Você vai jogar isso para uma canoagem, slalom, para uma ginástica, você começa a ter métricas de avaliação, mas com certeza seus dados são bastante valiosos para um estudo mais aprofundado de correções ou ajustes que sejam necessários.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Com a palavra Vitor Almada.

**O SR. VITOR ALMADA** - Eu peço licença, Deputado para fazer a apresentação de pé.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Ótimo.

**O SR. VITOR ALMADA** - A contribuição do trabalho para o debate é um pouco de cunho — digamos — mais acadêmico do que as falas dos colegas que me antecederam.

Primeiro eu quero agradecer o convite da Comissão, cumprimentar todos aqui presentes e os que estão nos acompanhando pela Internet.

Este trabalho é uma dissertação de mestrado em políticas públicas e desenvolvimento do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas do Governo Federal em parceria com a Escola Superior de Administração Fazendária, também do Governo Federal.

O intuito foi avaliar a capacidade do Governo Federal de implementação do Programa Bolsa-Atleta e estimar os valores das bolsas. Afinal, por que hoje um atleta recebe de 370 reais até 15 mil reais? De onde surgiu isso? De onde foi tirado? Esses são os valores necessários para o atleta?

O Bolsa Atleta pode ser considerado um instrumento de política pública de assistência financeira direta ao atleta. Segundo o Ministério do Esporte, é o maior programa de patrocínio individual de atletas do mundo, que garante condições mínimas para que os atletas se dediquem com exclusividade e tranquilidade ao treinamento e às competições. O Ministério diz que, com esse recurso, o atleta pode treinar e competir tranquilamente.

Desde 2015, o Senado e a Câmara vêm ampliando o debate sobre o programa, sobre o reajuste dos valores das bolsas e sobre os critérios de acesso ao programa. Além de um relatório do Senado Federal ter apontado a necessidade de reajustes dos valores das bolsas, outros estudos também apresentaram essa necessidade, diante da importância do benefício na vida do atleta e da perda de valor com a inflação nos últimos anos.

Isso tudo criou um contexto muito oportuno para que fosse feito um estudo, uma análise sobre reajustes nas bolsas, até porque uma alteração na Lei do Bolsa



Atleta prevê que os valores podem ser revistos por ato do Poder Executivo, com base em estudos técnicos, observados os limites da Lei Orçamentária Anual. Isso tudo tem que ser analisado mediante a possibilidade de que isso seja realmente implantado pelo Governo Federal.

Então, o estudo teve dois objetivos: analisar a capacidade do Governo de implementar o Programa Bolsa Atleta; e estimar os valores das bolsas para que os atletas possam ter condições mínimas de treinar e competir com tranquilidade e exclusividade.

Para analisar essa capacidade do Governo, utilizou-se uma abordagem dos arranjos institucionais e instrumentos de políticas públicas, com base em dados do Tribunal de Contas da União; do SIGA, que é um sistema do Senado Federal sobre o Orçamento; e do Ministério do Esporte. Para estimar valores das bolsas, foi utilizado o método da linha subjetiva, especialmente a linha subjetiva de pobreza, da qual já vou falar, mediante a opinião de 1.650 atletas contemplados.

De forma sintética, este é o resultado da capacidade do Governo de implementar o programa. O programa tem uma alta capacidade política e uma média capacidade técnico-administrativa. Os detalhes estão no trabalho. Ao final da apresentação, vou deixar à disposição o *link* e o meu *e-mail* para quem quiser ter acesso a dados mais detalhados.

Enfim, o programa tem uma alta capacidade política, não é à toa que a sua alteração está sendo discutida nas duas Casas Legislativas; e uma média capacidade técnico-administrativa. É algo parecido com o que representa o projeto de integração do Rio São Francisco, de maneira comparativa.

Na avaliação do resultado da política, o programa tem uma alta execução, especialmente orçamentária. Sempre houve recursos orçamentários para cobrir o atendimento a todos aqueles atletas que se cadastram no programa e preenchem todos os requisitos.

O programa também tem uma alta inovação pela inclusão do Programa Atleta Pódio, que possibilitou uma nova categoria de bolsas e um aumento de recursos orçamentários, para que fossem também destinados aos atletas com chance de medalha nos Jogos Rio 2016.



Em relação ao resultado da política, de maneira comparativa, é semelhante ao PRONATEC e ao Bolsa Família.

Enfim, vamos ao que realmente interessa: a questão dos valores. Era preciso saber se os valores eram compatíveis com aquilo que o atleta precisa para treinar e competir com tranquilidade. Como foi feito isso? Buscou-se a opinião dos atletas. E por que se buscou a opinião dos atletas como metodologia para aferir os valores? Há duas justificativas que eu acho importantes. O relatório do Senado Federal de 2015 sugeriu que os atletas fossem mais ouvidos, que o programa fosse também avaliados por eles, para verificar a real eficácia do Bolsa-Atleta. Ninguém sabe melhor o valor que um atleta precisa para manter a carreira do que o próprio atleta.

Foi aplicado um questionário *on-line* com 18 perguntas. O atleta acessava um *link* no *e-mail* que recebia pelo computador, pelo *tablet*, pelo celular. E isto é legal: uma das informações que o atleta precisa passar para se inscrever no programa é o *e-mail*, é um canal de contato. Responderam ao questionário 1.650 atletas contemplados, e três perguntas foram fundamentais para que se estimasse o valor das bolsas.

Eu vou ler as três de maneira rápida só para tentarmos frisá-las.

Considerando os últimos 12 meses, em média, qual valor, em reais, por mês, você gastou com despesas pessoais e/ou treinamento esportivo para manter a sua carreira de atleta? Essa pergunta era importante para ver qual era a renda desse atleta, qual era a renda utilizada no treinamento e com despesa pessoal para ele manter a carreira.

Próxima pergunta: qual o valor aproximado, em reais, por mês, é necessário para que você pague as despesas pessoais e/ou com seu treinamento esportivo, nos próximos 12 meses?

Ou seja, a primeira pergunta se refere ao passado, a quanto ele utilizou para manter a carreira. A segunda se refere a quanto ele precisa para alcançar um desempenho esportivo melhor, para continuar na carreira.

A terceira é: para você qual deveria ser o valor, em reais, por mês, da bolsa-atleta do Governo Federal para atender às suas necessidades pessoais e/ou de treinamento esportivo, visando à melhoria do desempenho esportivo? Essa pergunta



foi feita porque o valor da bolsa não é necessariamente igual ao valor que ele precisa para a carreira. Ele pode ter outras fontes de recurso além da bolsa-atleta.

Este eslaide não é para assustar. Não precisamos nos ater às letrinhas, às fórmulas. Só é importante entendermos mais ou menos o gráfico. Foi utilizado o método da linha subjetiva de pobreza para se estimar o valor da bolsa. O que o método da linha subjetiva de pobreza faz? Ele pergunta qual é a renda domiciliar *per capita* das famílias, faz uma relação com o valor que essas famílias acham que seria necessário para viver dignamente e faz um cruzamento com a linha contínua do gráfico. A linha tracejada seria a relação entre a renda domiciliar *per capita* e a renda digna para se viver. Essa reta tracejada se cruza com a linha contínua, que é a própria renda domiciliar.

Por que esse tipo de método é interessante no Programa Bolsa-Atleta? Porque pessoas com renda familiar *per capita* que se situam longe da linha de pobreza, da ponta da pobreza podem ser aproveitadas. Ou seja, atletas do atletismo, do iatismo podem estar respondendo junto a atletas do handebol, a atletas do movimento paraolímpico. Por isso é interessante esse método. Isso tudo também pode se discutir melhor depois.

Isso foi aplicado de maneira análoga para o Bolsa-Atleta. Foram estimadas duas linhas: a linha da bolsa-atleta, ou seja, qual deveria ser o valor da bolsa-atleta; e a linha de necessidade do atleta, ou seja, qual deveria ser o valor necessário para o atleta. Lembro que o valor da bolsa necessariamente não precisa ser o valor de que o atleta precisa.

Isso foi feito para cada categoria de bolsa. A título de exemplificação, esse é o resultado de todos os atletas que participaram do estudo. Nós temos um valor estimado de 2.300 reais, que seria o valor necessário da bolsa; e o valor de 2.600 reais, que seria o valor necessário para ele conduzir a carreira. Ou seja, aproximadamente 90% do valor necessário para conduzir a carreira viria do Bolsa-Atleta. Mas isso não se refere às categorias de bolsas. É só para exemplificar a participação dos atletas no estudo.

Este eslaide já mostra as categorias de bolsas. Não vamos nos assustar. Há três barrinhas para cada categoria de bolsa. A barra em azul claro significa o valor real do Bolsa-Atleta hoje. A barra em azul escuro é o valor que o atleta desejava



receber do Bolsa Atleta. E a barra em amarelo é o valor necessário para ele continuar a carreira.

Podemos perceber que, na categoria olímpico/paraolímpico, a bolsa-atleta representa 30% daquilo que é necessário para o atleta se manter a carreira esportiva. Por que isso acontece? Porque, nessa categoria, estão atletas que já participaram dos Jogos Olímpicos ou Paraolímpicos, ou seja, já têm uma exposição midiática muito maior do que os outros atletas. São atletas com uma faixa etária mais elevada que os outros também e que têm mais fontes de recursos, além da bolsa atleta.

Outro ponto de atenção é às categorias de base e estudantil. O valor da bolsa-atleta estimado é três vezes superior ao valor atual. Ou seja, é necessário um acréscimo ao valor da bolsa-atleta, nas categorias de base e estudantil, de 770 reais.

De uma maneira numérica, esses são os valores que deveriam ser alterados para o Bolsa Atleta atingir o objetivo de garantir condições mínimas para que os atletas se dediquem, com exclusividade e tranquilidade, ao treinamento e às competições. A esse objetivo do Ministério do Esporte, eu acrescentaria a melhoria do desempenho esportivo.

Ou seja, o valor das categorias estudantil e de base deveria ir de 370 reais para 1.140 reais; da categoria nacional, de 925 reais para 2.047 reais; da categoria internacional, de 1.850 reais para 3 mil reais; da categoria olímpico/paraolímpico, de 3.100 reais para 4.780 reais. Na categoria pódio, que parece ser a que tem valor mais adequado, os atletas recebem valores de 5 mil reais a 15 mil reais, e a linha do valor da bolsa-atleta foi de 8.380 reais.

Logicamente essa não é nenhuma crítica ao programa, muito pelo contrário, mas são pontos que podemos parar um pouco para discutir. Por exemplo, em relação às categorias estudantil e de base, quem são os atletas que representam o Brasil nos Jogos Olímpicos da Juventude e nas competições das federações internacionais? São os atletas que participam dos jogos estudantis ou das competições das confederações? Geralmente essas competições são muito mais fortes — alguém pode me corrigir se eu estiver errado — do que os próprios jogos



estudantis. A competição estudantil é entre escolas. Já as competições de base das confederações são geralmente entre Estados.

Por exemplo, para se manter na categoria de base, é preciso continuar treinando para competições nacionais. Se queremos ser uma potência esportiva sustentável em longo prazo, por que não exigir que esse atleta se mantenha em competições internacionais?

O requisito para se manter na categoria nacional, onde estão aproximadamente 60% dos beneficiários do programa, é estar sempre entre os melhores do Brasil. Ou seja, se ele for campeão nacional todo ano, vai continuar recebendo a bolsa. Será que não seria um momento de estimular esse atleta para que esteja em um nível internacional?

O próprio decreto que regulamenta a lei prevê que o Ministério, o Governo Federal possa fazer parceria com Estados e Municípios para implementar o programa. Talvez tenha chegado a hora de tentarmos alinhar o programa com Estados e Municípios para que cada um faça sua parte.

O internacional é também um dos pré-requisitos para que o atleta obtenha colocação entre o primeiro e o terceiro lugar em campeonatos mundiais. É difícil que esses atletas de primeiro a terceiro lugar não estejam previstos para serem contemplados no Bolsa Atleta Pódio. Com relação à categoria olímpica e paraolímpica, houve uma melhora no programa. Antigamente, o atleta só por ter representado o Brasil recebia por mais 3 ou 4 anos a bolsa. Hoje se exige que o atleta participe do circuito mundial, circuito reconhecido pela federação internacional. Talvez pudesse ser exigido um desempenho maior, não somente sua participação no circuito, mas também que ele também tenha condições para participar de novos jogos olímpicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Vamos ter que encaminhar para o final.

**O SR. VITOR ALMADA** - É o último eslaide, Deputado.

A consideração final é que a literatura já demonstrou a necessidade de reajuste do programa. Valores inferiores ao da linha da necessidade do atleta podem significar a saída, a exclusão do atleta da carreira esportiva. Em época de restrição, como se prevê agora, o Governo deve estimular que o setor esportivo disponibilize



recursos para que o atleta alcance os valores da linha de sua necessidade. Logicamente, adequações nos critérios do programa e nas normas são necessários e podem qualificar melhor a entrada e a permanência desse atleta no programa. Sugiro que o critério evolução e desempenho seja levado em consideração. Logicamente, é necessário avaliar o impacto orçamentário e a quantidade de beneficiários que o programa vai ter com a redução do orçamento, para que o arranjo institucional do programa seja adotado de capacidade, para que o Governo continuar implementando a política.

Foi um pouco rápida a apresentação, a pedido do Deputado. Deixo o *link* para quem quiser ter acesso à dissertação e também o meu *e-mail*. Se alguém quiser pode me mandar *e-mail* que eu mando a dissertação sem nenhum problema.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Excelente.

Nós temos a fala do nosso colega Deputado Felipe Carreras e temos umas perguntas. Acho que podemos ouvir o nosso colega Deputado, que falará por 3 minutos. Depois, com o que está vindo pelo nosso portal e-Democracia nós poderemos ter uma base do que o pessoal está questionando e já serve de algumas perguntas. Depois de cada fala feita, nós podemos fazer um encaminhamento. Estamos abertos a sugestões de encaminhamentos até políticos de posicionamento das nossas Comissões em apoio à política ou às políticas estabelecidas pelo Ministério, suas dificuldades e pelas instituições que estão aqui representadas.

Concedo a palavra ao Deputado Felipe Carreras.

**O SR. DEPUTADO FELIPE CARRERAS** - Obrigado. Queria parabenizá-lo pela iniciativa, Deputado. Cumprimento todos da comunidade esportiva, o Agberto, do COB, o Rogério Sampaio, o Mizael, o Alexander e, em especial, a minha conterrânea Yane Marques, que hoje também tem o desafio de estar no serviço público com Prefeito Geraldo Júlio.

Eu já tinha ouvido falar através da imprensa da possibilidade da redução do Bolsa Atleta, esse programa vitorioso que foi criado — não vou aqui fazer menção nem a partido político nem a nenhum governante — através de uma política pública assertiva, que vem dando resultados. Eu ouvi aqui também que a gente precisa



avaliar após 10 anos, porque ela pode melhorar. Afinal de contas, tudo pode melhorar.

Eu ouvi o Humberto falar que a gente tem que ter prioridade. No Governo de Pernambuco, eu tive o privilégio de militar nessa área de esportes. Pude me apaixonar pelo esporte, como todos que estão aqui são apaixonados por esse setor, como o Secretário Estadual de Esportes, reassumindo esta semana o mandato do deputado federal... Lá em Pernambuco a gente também está passando por uma grande dificuldade econômica. O Brasil todo atravessa essa fase, e a gente tem que definir as prioridades.

Em Pernambuco, nós do Governo Paulo Câmara, mesmo num cenário de corte na área do esporte, decidimos as prioridades. O Bolsa Atleta é uma prioridade nossa. Nós saímos de 244 beneficiários do Bolsa Atleta e fomos para 376, cortando de outras áreas, de outros setores, porque é uma área que a gente não pode mexer.

Então, eu queria aqui fazer um apelo para que, a partir desta reunião, isso possa ecoar e servir de desdobramento para uma grande mobilização.

Rogério, sei que o Ministro não é a favor disso. Você é um atleta olímpico campeão, uma referência para a juventude brasileira; o Mosiah também é. O Ministério tem atletas que falam com propriedade dos valores do Bolsa Atleta. A gente não pode aceitar retrocesso no momento que o Brasil atravessa. Após um ano olímpico, é inadmissível a todos que compõem a comunidade esportiva brasileira ouvir falar, Mizael, em corte no Bolsa Atleta.

A partir desta reunião, Afonso, a gente tem que dar as mãos e não deixar de forma alguma que o Bolsa Atleta venha a sofrer nenhum corte. Muito pelo contrário, a gente espera que ele avance cada vez mais.

Obrigado. Parabéns a todos vocês! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Obrigado pela contribuição e conhecimento. Certamente, o seu retorno, o retorno do colega Felipe Carreras, nosso Deputado por Pernambuco, haverá de fortalecer as ações inclusive no orçamento.

No final, eu gostaria de fazer uma sugestão como contribuição.

As perguntas dos internautas são importantes. Essa é a razão da interação.

Há uma pergunta à qual eu posso responder. A Profa. Gabriele Garibaldi, do



Rio Grande do Sul, pergunta: "*A redução no orçamento para o esporte inviabilizará investimentos no alto rendimento. Além disso, ficam prejudicadas também as ações de políticas públicas de saúde, que visam combater o sedentarismo crescente no País e o esporte educacional. Por que a Câmara privilegiou o debate do Bolsa Atleta?*"

Nós respondemos que esse é um dos temas, até pela urgência, mas nós trataremos de outros temas. Inclusive me lembrou o Lindberg, Secretário da Comissão, que a nossa Comissão está interagindo na discussão do Plano Nacional do Desporto junto ao Ministério e às instâncias desportivas. Há também outros temas, como obesidade infantil, esporte escolar, que devem ser aprofundados.

Foi mostrada aqui muita coisa nessa pirâmide, que precisa ser fortalecida na base.

Eu me transformei num jogador profissional de futebol, mas desenvolvi várias atividades esportivas. Na verdade, era isso o que ocorria por muitos anos nas escolas. Ela continua ocorrendo, mas ela tem que ser fomentada. Em algum momento, o Brasil vai ter uma economia mais forte. Imaginamos que nós temos que ter as políticas já organizadas para contribuição com algum recurso público, potencializando a atividade. Sou ator de um projeto de lei que prioriza as quadras cobertas. A maioria das escolas públicas não têm uma quadra para prática esportiva. Isso é algo básico. Já discutimos esses aspectos.

Essa é uma das perguntas.

A segunda vou deixar para o Secretário Rogério responder, se puder, de imediato. A pergunta é do Demetrio Vecchioli. Ele é jornalista de São Paulo. "*O Brasil premia com a Bolsa Atleta 'campeões de orientação', 'levantamento de terra' e outras modalidades pouco conhecidas. Ao mesmo tempo, premia lutadores de oito tipos diferentes de caratês. Pode ser aí o primeiro lugar a ser cortado.*"

Não sei se o Secretário Rogério Sampaio pode nos auxiliar na resposta.

**O SR. ROGÉRIO SAMPAIO CARDOSO** - Primeiramente, essas modalidades contempladas no Programa Bolsa Atleta são atendidas conforme a lei, no sentido de que um percentual é para atender atletas de modalidades não olímpicas e não paraolímpicas. E, no final da pergunta, ele pergunta se podem ser essas modalidades as primeiras a serem cortadas.



Na verdade, o nosso objetivo não é cortar. O nosso objetivo é fazer com que o Programa Bolsa Atleta, através do grupo de trabalho que está sendo criado, seja um programa mais bem qualificado. O nosso objetivo é fazer com que o Programa Bolsa Atleta contribua cada vez mais para o desenvolvimento do esporte brasileiro. Então, é importante reiterar essa palavra “qualificação” e não “corte”. O nosso objetivo não é cortar, é qualificar ainda mais o Programa para contribuir para o desenvolvimento do esporte brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - O Mizael também queria contribuir com essa resposta. Ele fez um comentário aqui. Acho que cabe também complementar o que disse o Secretário Rogério.

**O SR. MIZAELO CONRADO** - Vou fazer um bem breve comentário. Primeiramente, o conceito de prêmio não é o conceito do Programa Bolsa Atleta. O Bolsa Atleta, na realidade, visa apoiar o desenvolvimento de talentos. Muitas vezes falam de Bolsa como se fosse uma premiação. Entendo que não é esse o caso.

Basicamente, só queria fazer esse comentário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Obrigado. Acho isso importante.

Há mais uma pergunta aqui. Lerei umas cinco ou seis, se me permitirem. O tempo está estourando, mas acho que é importante valorizarmos essas interações.

A pergunta é do Ronaldo Corvo, de Brasília do Distrito Federal.

*“Existe alguma lei, como a Rouanet, onde as empresas podem ter descontos nos impostos caso estejam patrocinando atletas?”* E aqui já respondo: sim, existe a Lei de Incentivo ao Esporte. *“E, se não, o que é necessário que o Ministro do Esporte faça para facilitar tal incentivo? Existem custos ocultos ou possíveis problemas processuais para as empresas que queiram investir?”*

Eu até queria colaborar também nessa questão. Nós temos duas linhas legislativas que debatemos há duas semanas em relação à Lei de Incentivo — até fui responsável por puxar essa discussão — que, na minha opinião, são fundamentais. A Lei de Incentivo é uma fonte de recurso, que não é pública, entre aspas, porque se abate no Imposto de Renda, que hoje é 1%; e há um projeto de lei que estabelece que passe a ser de 3%, para se captar mais. Sabemos inclusive do engajamento do Ministro, que está buscando politicamente



há um projeto de lei para que passe a ser 3%, para podermos captar mais. Inclusive, sabemos do engajamento do Ministro, que está buscando politicamente essa ação.

Nós aqui debatemos esse assunto, mas eu sou autor de outro projeto de lei, que inclusive já está trancado há algum tempo na Comissão de Finanças e Tributação, que permite às empresas — micro e pequenas — que recolhem o tributo com base no lucro presumido usufruírem do incentivo fiscal. Alguém poderia dizer: “*Mas são pequenas*”. Não, eu atuo no SIMPLES e digo isso porque, a partir de janeiro de 2018, vai haver o faturamento de uma pequena empresa de 4 milhões e 800 mil reais. Hoje é 1%, mas se pudesse elevar seria bom. É claro que as micro e pequenas empresas já têm isenções, mas isso iria fomentar o esporte localmente.

Qual é a dificuldade da Lei de Incentivo ao Esporte? Isso já daria outro debate, mas eu gostaria de comentar, porque há algumas inserções nesse aspecto e estudei bastante esse tema quando presidi a Comissão do Esporte. Daquela data para cá, nós apresentamos esse projeto de lei, em que há duas propostas que são convergentes para ter mais recursos para o esporte vindos do meio empresarial, através da Lei de Incentivo. Uma delas é aumentar o percentual, porque há uma dificuldade na captação de recursos. Consegue-se aprovar o projeto, mas não se chega às grandes empresas para acessar. Só se acessam 50% do que aprovam. Ainda deve continuar mais ou menos assim. Esses eram os números até o ano passado.

Em relação a acessar micro e pequenas empresas, seria um incentivo ao esporte local, para as escolinhas, para as inserções de atividades. Projetos também poderiam ser aprovados, e naturalmente deveria haver a compreensão por parte do Governo de que esse recurso se transformaria em potencialização do esporte e do quanto isso representa, principalmente no tocante à inclusão social e cidadania, outras despesas, quando nós não temos uma distorção na sociedade em que o atleta passa por disciplina.

Enfim, isso aqui demandaria um debate longo, mas acho que o Humberto quer contribuir. Eu o vi se movimentando ali.

**O SR. HUMBERTO PANZETTI** - Presidente, eu faço parte da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, que avalia os projetos que beneficiam a lei. Estou nela desde o início.



Quero apenas avisar ao internauta o seguinte: na verdade, hoje nós não conseguimos atingir o que a Fazenda nos oferece, com 500 milhões de reais. E este ano, devemos terminar em 420 milhões de reais. Dentro da Lei de Incentivo ao Esporte, também é permitido apoiar o atleta com ajuda de custo. Isso também está incluído. Então, as pessoas podem buscar esse tipo de recurso.

O senhor falou em empresas que fazem a opção pelo lucro real. Das 190 mil existentes no País, só 4,5% fazem parte do lucro real. Olha que absurdo! É um número muito pequeno de empresas, porém esses 4,5% correspondem a 85% do faturamento e do pagamento de imposto. A entrada desse outro segmento seria importantíssimo para esgotar aquilo que a Fazenda permitiu que usássemos na lei.

Eu acho que é interessante esse debate do senhor em cima desses números.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Correto, vamos pedir o apoio.

Nós fizemos uma rodada há duas semanas com o nosso Presidente e estamos priorizando trabalhar em cima de quatro ou cinco ações legislativas, mas isso depende exatamente de uma conversa com o Presidente Rodrigo Maia para que, até o final do ano, possamos alavancar e contar, naturalmente, com o apoio das entidades e do próprio Ministério.

Farei mais três perguntas rápidas aqui.

José Aquino, professor de Educação Física, pergunta: com a aprovação pelo Congresso da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, teremos dificuldades orçamentárias pelos próximos 20 anos. O Orçamento de 2018 é o prenúncio negativo de um ciclo que precisa ser revertido. Quando o Ministério do Esporte reverterá o projeto de lei do Plano Nacional de Desporto 2017/2026?"

Poderia complementar, Mizael?

**O SR. MIZAELO CONRADO** - Bem, o Ministério está trabalhando no projeto de lei para ser apresentado. Digo isso, porque nós fomos instados a contribuir com o projeto. Eu fiquei bastante bem impressionado com a proposta que já tive conhecimento e o Comitê Paralímpico Brasileiro nos próximos dias certamente também deseja contribuir com esse projeto, que será importante para nortear os caminhos do esporte nos próximos 10 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Ótimo.



Nós vamos ter que dar celeridade, mas é importante porque a audiência pública está tendo repercussão sobre internautas.

A Andrea Padilha, de Brasília, Distrito Federal, gostaria de fazer duas perguntas: *“Por que o esporte da mente não tem um programa específico nem rubrica no Orçamento Geral da União? Não é a hora de pensar novas formas de financiamento para o esporte? Como está a tramitação do PL 6.345, de 2016, dos fundos?”*

Aqui, a Comissão me informa que este projeto está na Comissão do Esporte, mas aguarda designação de relatório. Então, acho que nós podemos providenciar isso para dar celeridade aqui. Não sei se alguém do Ministério quer ajudar a responder.

**O SR. HUMBERTO PANZETTI** - Ela fala sobre o Orçamento Geral da União.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - É, acho que não compete ao Ministério, não é?

O senhor gostaria de complementar?

**O SR. HUMBERTO PANZETTI** - Há um equívoco na afirmação dela. Os ditos esportes intelectuais já são atendidos na bolsa, inclusive, na área escolar. Não é isso, Mizael? Temos hoje bolsas que são pagas ao xadrez, por exemplo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Sim.

**O SR. HUMBERTO PANZETTI** - Ele atende, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Já há atendimento.

**O SR. HUMBERTO PANZETTI** - Deve-se atender àquilo que a lei diz. Tem que fazer parte do sistema, tem que ter um único regulamento internacional, quer dizer, há todo um regulamento. Atendendo ao regulamento, está dentro do programa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - E, para ajustar alguma demanda que possa surgir, isso pode ser feito na correção na lei, correto?

Bom, para encerrar, mais três colocações. O Renato Corvo, de Brasília, pergunta: *“Quais ações o Ministério do Esporte poderia realizar dependendo apenas da vontade com impacto imediato na facilitação de investimentos de empresas em atletas? Há custos para a importação de equipamentos esportivos?”* Ele pergunta



ainda: *“Será possível isentar de impostos a importação de produtos não encontrados aqui no Brasil?”*

Existe isenção? Eu não sei. Alguém pode nos auxiliar aqui? Poderia responder, Agberto Guimarães? Fale ao microfone.

**O SR. AGBERTO GUIMARÃES** - O entendimento que temos é que para equipamentos que não tenham similares no Brasil já existe essa lei.

**(Não identificado)** - Ele foi esgotado em 2015.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Esgotado?

**(Não identificado)** - A lei tinha...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Então, tem que ser renovada a lei? A lei está sem validade, quer dizer, estamos sem lei? Existia até... Isto é importante para nossa agenda legislativa. Eu acho que é importante, Lindberg, providenciarmos a reedição dessa lei e ver de que forma legislativa nós podemos atuar.

O Ronaldo Corvo, de Brasília pergunta: *“Mesmo que não haja isenção para todos os equipamentos, todos os que são utilizados por atletas — ele usou a palavra paraplégicos —, com deficiência, que geralmente têm mais dificuldade de investimentos não poderiam ser isentos de impostos?”* É a pergunta. *“Além disso, passagens para competições de atletas não poderiam ser isentas de impostos?”* São perguntas que, na verdade, acho que tudo pode. Agora, buscar a isenção em tudo é bem difícil. Alguém vai pagar essa conta. Eu sou autor de um projeto para não se cobrar pedágio no deslocamento das pessoas com deficiência. Se essa lei for efetivada, o custo do pedágio dessas pessoas vai ser repassado aos que pagam. Alguém paga a conta, mas de qualquer sorte é um encaminhamento e uma preocupação.

E a última pergunta do mesmo autor: *“Em outros países existe uma quantidade de atletas patrocinados muito maior do que no Brasil. Quais ações seriam necessárias para facilitar o patrocínio de empresas para atletas? Quais as dificuldades para que empresas possam patrocinar atletas, hoje, aqui no Brasil? É fácil para a empresa fazer isso?”* São questionamentos bem amplos.

Mizael, pode nos auxiliar como conhecedor da área?



**O SR. MIZAEEL CONRADO** - Se o senhor me permite, com relação ao Comitê Paralímpico Brasileiro, Deputado, nosso grande desafio nesse ciclo é ampliar o financiamento o financiamento privado ao esporte paraolímpico. Já começamos a desenvolver algumas ações. Recentemente, nós criamos o Selo Brasil Paralímpico em parceria com o grupo Globo. E a ideia é que esse selo possa albergar uma estratégia importante de visibilidade para o movimento paraolímpico.

Inclusive, nós fizemos no último final de semana o primeiro evento transmitido ao vivo do calendário nacional do futebol de 5, semifinais e finais. E teremos ainda alguns eventos como o vôlei sentado, o atletismo, o mundial de natação este ano e a ideia é que possamos ter realmente um cardápio bem amplo para o próximo ano. Eu gostaria de ter pelo menos doze competições paraolímpicas transmitidas ao vivo para o Brasil porque entendo que apenas a visibilidade pode trazer de fato o financiamento privado para o esporte.

Nós precisamos consolidar, no caso do movimento paraolímpico, o esporte paraolímpico enquanto um produto, para que ele seja viável e seja interessante enquanto valor possível de ser agregado às diversas marcas do mercado. Temos trabalhado muito para isso e eu tenho a expectativa de que ao final desse ciclo nós teremos uma condição bem melhor do que a que estamos iniciando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Bom, vamos fazer uma finalização. Naturalmente, temos que fazer alguns encaminhamentos e também vamos compilar todas as informações e contribuições. Imagino que já haja um grupo de trabalho. Então, naturalmente, potencialmente, o trabalho já esteja ocorrendo.

Embora tenhamos um representante daqui da Comissão nesse grupo, como nós temos ações relacionadas ao orçamento e elas são pertinentes e imediatas, nós temos também o Relator setorial, que é sempre importante em termos de orçamento, buscamos a necessidade mínima, que seria o mínimo pelo que aqui foi dito, repetir o valor do ano anterior, como foi dito pelo nosso secretário, minimamente, readequar o programa, ajustar, parece que nos mostrou que na questão da Bolsa Atleta Pódio são necessários alguns ajustes mais significativos, mas eu queria compartilhar algo que me preocupa. Eu conversava aqui com a Mesa, mas queria compartilhar, porque na verdade nós temos que desenvolver ações do ponto de vista de políticas públicas de suporte, de prêmio, da própria bolsa, mas ao mesmo tempo nós temos



que aliviar a atenção em cima dos atletas, porque me parece que o modelo que a gente trabalha hoje tende muito à pressão por desempenho do atleta que já é natural da vontade do atleta.

Há dois pesos dos quais, em minha opinião — vou externar a opinião do cidadão, não vou me chamar de ex-atleta, porque ainda corro e pratico algum esporte —, muitos atletas ficam reféns, muitas vezes, do desempenho: a exposição na mídia, que tem que ter equilíbrio na questão do patrocínio, e na questão da oportunidade que a mídia oportuniza. E, ao mesmo tempo em que ela oportuniza, cobra desempenho. Os mais diversos órgãos, na verdade, em especial a tevê fica aguardando o desempenho positivo e, muitas vezes, ele não vem, o que gera uma pressão psicológica muito grande sobre esse aspecto. Isso causa tensão e é algo que, em minha opinião, tem atrapalhado muito.

A outra questão é essa pressão de desempenho, porque, não tendo desempenho, parece que perdeu tudo. E há atletas aí, nas Olimpíadas, como Diego Hypólito e tantos outros, que se abalaram do ponto de vista de desempenho numa ação esportiva, num grande evento esportivo, mas depois se superaram, se emocionaram.

Eu vejo os atletas brasileiros muito tensionados pela própria sociedade. Eu imagino que tem que se criarem condições, desde o esporte de base, estudantil, de desempenho, as modalidades, enfim, mas nós temos que trabalhar políticas, em minha opinião, que não gerem tensão pela cobrança do resultado, porque isso desestabiliza emocionalmente. Isso serve para qualquer profissão. Imagine você ser tensionado e pressionado sob todos os aspectos, em todos os instantes pelo fatídico desempenho. É claro que o desempenho é uma consequência das condições que se reúnem.

Eu sei que no nosso País começa a trabalhar essas políticas que já se trabalhou em algum tempo, ninguém está inventando a roda neste momento, mas parece que, em minha opinião ao menos, e eu a queria externar hoje aqui, que nós devemos evoluir no sentido de desenvolver ações que efetivamente possam ter um conjunto, assim como a contribuição do atleta, do ex-atleta, e a própria política está demonstrando isso. Nós temos hoje aqui na Comissão de Agricultura pessoas que trabalham no estabelecimento de políticas e na gestão pública, como Parlamentares,



no Executivo, e temos a presença de ex-atletas sendo Deputado Federal, Senador, trabalhando uma carreira política associada exatamente com a sua condição de poder contribuir para o esporte.

Eu acho isso muito positivo, eu queria fazer esse comentário. Considero muito oportuno o nosso debate. Gostaria que nos fossem dadas algumas sugestões.

E aí eu queria perguntar ao Lindberg se nós com o nosso Presidente podemos nas emendas de bancada trabalhar algo mais relacionado e contemplar, do ponto de vista do orçamento, alguma emenda, as emendas propositivas que a bancada vai fazer, algo de complementação à necessidade, nesta faixa de apoio aos atletas nas mais diversas modalidades e no próprio Bolsa Atleta, porque o cobertor é curto e mais curto para todos os segmentos. Nós temos falado com o Ministério do Planejamento, que é o que faz o planejamento do que é possível. Naturalmente que isso demandaria muito tempo, mas eu gostaria de, na condição de Parlamentar, passar esse conhecimento, essa informação do ponto de vista que possamos trabalhar nessa ideia do número mínimo. Com relação aos ajustes do programa, quem tem competência com as sugestões que aqui foram feitas, naturalmente vai haver com certeza uma evolução — eu imagino.

Então, da minha parte, eu gostaria de fazer esses comentários. Quero dizer que, além de trabalhar uma agenda legislativa positiva para o esporte, que é de contribuição e de competência nossa, dos Parlamentares, trabalhando com o conjunto das instituições, entidades e próprio Governo, pretendemos nos próximos dias dar mais celeridade em relação a isso.

Eu gostaria de colocar a palavra à disposição por 1 minuto daqueles que desejarem para nós finalizarmos a nossa audiência pública. Se há alguma contribuição de encaminhamento, que possa ser feito pela nossa Comissão ou possamos fazê-lo de forma conjunta. Nós franqueamos a palavra a quem queira fazer as suas considerações finais. Após o último orador, nós vamos encerrar.

E neste momento eu acho que nós devemos uma salva de palmas pelo esforço e pela contribuição de todos os palestrantes da assessoria que estão aqui. Nós consideramos de grande valia esta audiência pública. Uma salva de palmas para todos os que participaram. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao secretário.



**O SR. ROGÉRIO SAMPAIO CARDOSO** - Eu gostaria de agradecer pelo convite aos Deputados Afonso Hamm e João Derly, para vir aqui debater sobre a importância do programa Bolsa Atleta e sobre importância de que este programa tenha no ano que vem pelo menos o mesmo valor do orçamento que está sendo investido neste ano. É um programa extremamente importante para o desenvolvimento do esporte de competição do Brasil.

Fico extremamente feliz de ver a maneira com que, dentro do Ministério e dentro do Governo, o Ministro Leonardo Picciani vem trabalhando, para que tenhamos um aumento de orçamento. Tenho certeza de que dentro da Câmara todos os membros da Comissão de Esporte também batalham para que o esporte tenha um orçamento mais justo no ano que vem, pelo menos o mesmo orçamento que estamos tendo neste ano. Esse esforço conjunto é que vai garantir que possamos realizar as políticas públicas que garantam os benefícios que alcançamos nos últimos anos.

Mais uma vez agradeço por poder participar desta audiência pública. Para mim foi uma alegria muito grande poder participar desta audiência com todos os que estão aqui.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Agradecemos ao Secretário Rogério Sampaio, representante do Ministro.

Concedo a palavra ao Sr. Mizael Conrado que, como Presidente do Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, pode neste momento externar o seu pensamento e finalizar a nossa audiência pública.

Em primeiro lugar, quero dizer que é muito importante este evento. É uma satisfação grande participar desta reunião. Em segundo lugar, com relação à bolsa, vou reiterar o que disse Rogério, é fundamental que o Ministério do Esporte preserve o seu orçamento. Nós não podemos, 1 ano após jogos no Brasil, ter um prejuízo tão grande no Ministério do Esporte, responsável por conduzir a política de esportes no Brasil.

É fundamental que esta Casa faça o máximo esforço possível para preservar esse orçamento. Isso vai ser fundamental para a sequência do desenvolvimento no esporte.



Com relação ao Bolsa Atleta, entendo que é um programa extremamente importante. Nessa reformulação, ele precisa ser pensado como parte da estratégia de desenvolvimento do esporte brasileiro. Como bem disse aqui o nobre Deputado Afonso Hamm, ele não pode ser visto como um prêmio para um atleta que tem determinado resultado positivo em determinada competição. Mas ele tem que ser visto como investimento num potencial talento que pode vir a ganhar medalhas e ter resultados positivos para o Brasil no futuro.

Em 2011, o nosso técnico de atletismo nos recomendou uma atleta para levarmos para o centro de treinamento em São Paulo. Essa atleta tinha um tempo ruim, um salto bastante modesto. Nós questionamos a ele: *“Nós temos atletas com marcas melhores, com tempos melhores”*. Ele disse o seguinte: *“O que está faltando para ela é o desenvolvimento no salto em distância”*. Nós questionamos. Mas ele entende de alto rendimento.

Felizmente conseguimos hoje, separar política do alto rendimento no Comitê Paralímpico Brasileiro. Nós a levamos, atendendo ao pedido desse técnico. O resultado: essa atleta foi medalha de ouro no Rio de Janeiro e recordista mundial.

Se nós tivermos, uma estratégia e respeitarmos o espaço daquelas pessoas que, de fato, conhecem o esporte, o resultado, provavelmente virá. Isso é fundamental.

Outra questão em relação ao Bolsa Atleta, eu penso que ele também possa contribuir com o desenvolvimento de cada atleta, pessoal. O grande problema hoje é que muitas vezes o atleta encerra a carreira, depois tem bastante dificuldade na sequência de sua vida.

Uma das questões que poderia ser exigência do programa é que o atleta esteja na escola ou no mínimo tenha o ensino médio concluído para que esse atleta, depois de encerrada a sua vida esportiva, possa seguir exercendo de forma satisfatória a sua cidadania.

Muito obrigado, mais uma vez, Deputado, e a todos, pelo evento de extrema importância do qual participamos hoje. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Afonso Hamm) - Muito bem.

Antes de encerrar a reunião, quero agradecer a toda à equipe da Comissão, do Lindberg, à equipe do gabinete do Deputado Afonso Hamm, do Leandro, que se



empenhou muito, da Michele, do Haroldo — que está presente. Organizar uma audiência, com qualidade, com a presença de todos, necessita de um engajamento muito forte.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e convoco os nobres pares, os Deputados Federais, para reunião deliberativa extraordinária, amanhã, dia 18 de outubro, às 13h55min, neste Plenário 4, para deliberarmos sobre as emendas da Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária de 2018.

Encerramos a presente reunião.

Bom retorno a todos!